

Governance e a Medição Compósita do Desenvolvimento

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre em
Economia da Empresa e da Concorrência

Tiago André Inácio Peralta

Prof. Doutor Nuno Crespo, Departamento de Economia

Outubro 2016

Governance e a Medição Compósita do Desenvolvimento

Tiago André Inácio Peralta

Resumo

Esta dissertação tem como objectivo a introdução do *governance* no conceito de desenvolvimento. Em primeiro lugar, procuro dar a noção de desenvolvimento com uma introdução histórica do conceito, explico as várias alterações e quais os acontecimentos com impacto no conceito. Introduzo também um vasto leque de perspectivas teóricas, nomeadamente a diferença entre crescimento económico e desenvolvimento e o que é o desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local e desenvolvimento humano.

Sequencialmente apresento os instrumentos de medição do conceito. A saber, o conhecido rendimento *per capita*, explico a sua relevância para análise e as suas desvantagens. Realizei uma pesquisa sobre os índices de medição compósita e apresento a sua origem e quais as dimensões que estes abordam, aqui aprofundo a apresentação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Por último, apresento o Índice de Felicidade Bruta do Butão e as suas nove dimensões.

O contributo deste trabalho prende-se com a apresentação do conceito de *governance*. Este conceito decorre de uma posição do *WordBank* e os seus seis indicadores de *governance*. Através da pesquisa apresento o conceito de *governance*, quais as diferenças entre o *good governance* e o *bad governance*.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Económico; Desenvolvimento; Medição Compósita; *Governance*.

Abstract

This paper aims to introduce the concept of governance for development. First, try to give the notion of development with a historical introduction of the concept, explain the various changes and developments which have an impact on the concept. also introduce a wide range of theoretical perspectives, including the difference between economic growth and development and what is sustainable development, local development and human development.

Sequentially present the concept of measuring instruments. Namely, the known income per capita, due to its relevance for analysis and its disadvantages. Conducted research on the composite indices of measurement and present their origin and what dimensions they address here delve into the presentation of the Human Development Index (HDI). Finally, I present the Gross Happiness Index of Bhutan and its nine dimensions.

The contribution of this work relates to the presentation of the concept of governance. This concept stems from a position of Wordbank and its six governance indicators. Through research I present the concept of governance, which the differences between good governance and bad governance.

Agradecimentos

Ao professor Nuno Crespo pela sua disponibilidade, incentivo e apoio sucessivo.

Índice

Capítulo 1: Introdução	1
Capítulo 2: Conceito de Desenvolvimento	3
2.1.Os Novos Caminhos do Desenvolvimento	9
2.1.1 Desenvolvimento Sustentável	9
2.1.2. Desenvolvimento Local e Metodologia Participativa	11
2.1.3. Desenvolvimento Humano	12
2.1.4. Desafios do Milénio	14
Capítulo 3: Medição de Desenvolvimento	15
3.1.Rendimento <i>Per Capita</i>	16
3.2. Indicadores Compósitos	18
3.3.Índice de Felicidade Humana	28
Capítulo 4: <i>Governance</i>	37
Capítulo 5: Parte Empírica	41
5.1. Rendimento <i>per Capita</i>	37
5.2. Saúde	38
5.3. Educação	38
5.4. <i>Governance</i>	40
5.5. Índice Agregado	41
Capítulo 6: Conclusão	43
Bibliografia	44

Índice de Figuras

Figura 1: Crescimento do PIB entre os anos 1995 e 2014 em 10 países da Europa	16
Figura 2: PIB <i>per capita</i> de dois países da Europa do Sul e dois Países da Europa do Norte	17
Figura 3: Praticantes de desporto por habitantes em Portugal	17
Figura 4: Dimensões do Índice de Felicidade Bruta	25
Figura 5: Planisfério do Índice de Felicidade de Bruta	27
Figura 6: Evolução dos indicadores de <i>governance</i> em Portugal nos anos de 2004, 2009 e 2014	30
Figura 7: Indicadores de <i>Governance</i> na Europa e Central Ásia nos anos de 2004, 2009 e 2014	30
Figura 8: População desempregada para os anos 1986 e 2015 na Europa	32
Figura 9: Crescimento do Desemprego em Portugal entre os anos de 1998 e 2015	32
Figura 10: Seis indicadores de <i>governance</i> para República Dominicana, Índia e Nigéria e para os anos de 2004, 2009 e 2014	36
Figura 11: Top 21 dos países com maior rendimento <i>per capita</i> (2014)	37
Figura 12: Top 21 dos países com maior <i>life expectancy at birth</i> (2014)	38
Figura 13: Top 21 dos países com maior <i>Mean Years Schooling</i> (2014)	39
Figura 14: Top 21 dos países com melhor nível de Controlo da Corrupção(2014)	40
Figura 15: Índice Agregado (2014)	41
Figura 16: Índice Agregado sem <i>Governance</i> (2014)	42
Tabela 1: Lista de Indicadores Compósitos	21
Anexo A1: Crimes Registados pela Judiciária nos anos de 1980 e 2015	46
Anexo A2: Taxa de Resolução dos Tribunais	47

Anexo A3: Taxa de analfabetismo segundos os censos em Portugal	48
Anexo A4: Índice de Bem-Estar (R) em Portugal nos anos de 2004 e 2014	49
Anexo A5: Taxa de Mortalidade Infantil da Europa nos períodos de 1960 e 2014	50

Capítulo 1: Introdução

O conceito de desenvolvimento tem vindo a ser amplamente debatido na literatura económica. Chegou a ser compreendido o conceito de desenvolvimento com crescimento económico de modo a que foram utilizados indicadores de medição de crescimento para conhecer o desenvolvimento. A relação entre estes dois conceitos teve como principais consequências, segundo Amaro (2003), o entendimento de que crescimento económico como sendo uma condição necessária ao desenvolvimento, se qual não existiria o bem-estar da população assim como todos os outros pontos, por exemplo, saúde, educação, habitação, relações sociais, sistema político e valores culturais. Nas últimas décadas, o conceito tem vindo a ser alargado, nomeadamente nas áreas, humana, ambiental e local, entre outras.

Com a emergência do conceito de desenvolvimento as organizações internacionais e governos também abraçaram o desafio. Saliento a Organização das Nações Unidas (ONU) que desde 1990 lança anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). A segunda é o Índice de Felicidade Bruta do Butão.

É neste contexto que se insere o trabalho de pesquisa no qual procuro dar um contributo adicional introduzindo o conceito de *governance* e os indicadores do *Governance do WorldBank*.

Como já supracitei, o conceito de desenvolvimento sofreu várias transformações ao longo das últimas décadas. Deste modo, a sua forma de medição teve que ser acompanhada. Muitas foram as contribuições com o objectivo de ajudar o rendimento *per capita* na tarefa de medição do desenvolvimento. É neste contexto que surgem os indicadores compósitos de desenvolvimento estes “conseguem de forma mais directa captar as diferentes dimensões do desenvolvimento (Moreira e Crespo, 2011: 832)”. Ainda segundo os mesmos autores, a utilização dos indicadores compósitos é justificada pelo facto de estes permitirem sintetizar, sem perda de informação, questões complexas ou multidimensionais. Sendo apresentadas no âmbito deste trabalho as seguintes formas de medição: o rendimento *per capita*, sendo o instrumento de medição mais recorrente; indicadores compósitos, apresento uma lista de índices de indicadores compósitos e destaco o índice de medição compósita mais mediático – o IDH; índice de felicidade bruta.

No capítulo 4, com o *governance* é o contributo deste trabalho de investigação. Realço a importância do “good governance” um desenvolvimento sustentado e equilibrado que facilita a organização de outras dimensões de desenvolvimento, podemos tomar como exemplo as finanças, o ambiente, a igualdade entre género, entre outros.

E no capítulo 5 e último capítulo apresento a explicação de como e com que fim criei uma base de dados com 182 países, composta por quatro indicadores, a saber, o rendimento per capita, saúde, educação e *governance*. Esta parte foi desenvolvida com fim de mostrar empiricamente o peso do *governance* no desenvolvimento de um país.

Capítulo 2: Conceito de Desenvolvimento

Nos anos após à Segunda Guerra Mundial o conceito de desenvolvimento teve um forte destaque. Segundo Amaro (2003), existem muitos acontecimentos que explicam a importância do conceito de desenvolvimento nesta época, a saber, a reconstrução europeia; a guerra fria; o keynesianismo; e, por último, as novas ideologias políticas que surgem no pós guerra. O estatuto científico do conceito foi ganho a partir desta altura.

Em 1945, surge a Organização das Nações Unidas (ONU). É assinada a Carta das Nações Unidas, a 26 de Junho de 1945, em São Francisco, entrando em vigor a 24 de Outubro do mesmo ano, com o seguinte propósito:

“Os objectivos das Nações Unidas são: 1. Manter a paz e a segurança internacionais e para esse fim: tomar medidas colectivas eficazes para prevenir e afastar ameaças à paz e reprimir os actos de agressão, ou outra qualquer ruptura da paz e chegar, por meios pacíficos, e em conformidade com os princípios da justiça e do direito internacional, a um ajustamento ou solução das controvérsias ou situações internacionais que possam levar a uma perturbação da paz” (Carta das Nações Unidas, p.2).

É nesta rota que nas décadas de 40 e 50 do século XX as Nações Unidas optam por uma estratégia intervencionista, acreditando-se que com a intervenção do Estado e dum governo forte seriam atingidos melhores resultados. Este paradigma estava sob a influência dos acontecimentos históricos mais relevantes da época, nomeadamente, a grande depressão, a segunda guerra mundial e a revolução keynesiana.

A estrutura da ONU é complexa. De entre as várias instituições que a compõem destaque, como sendo a mais relevante para este trabalho, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). No entanto, o PNUD na década de 1990 foi alvo de várias críticas. Segundo Machado e Pamplona (2008: 60), existia a carência de “um perfil específico e um foco claro para as suas políticas de desenvolvimento”. Não havia uma área de foco para o desenvolvimento do PNUD e esta falta de orientação levava a que os países doadores de recursos vissem o PNUD como uma entidade que funcionava segundo critérios pouco precisos. Em 1996, surge o paradigma de desenvolvimento humano que vai orientar os planos e as acções daí para a frente.

Em 1990, o PNUD começou a publicar anualmente o Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH). O primeiro RDH é apresentado a 24 de Maio em Londres. Segundo Machado e Pamplona (2008), o relatório de desenvolvimento humano de 1990 transmite uma mensagem de que a vida deve ser longa, saudável e feliz.

Há uma ligação entre o continente europeu e o conceito de desenvolvimento, desde o início que se tomou como referência a experiência dos países europeus, considerados desenvolvidos, entendendo-se como boas práticas as suas evoluções. Segundo Amaro (2003), é fundamental ter em conta os seguintes pontos históricos divididos em dois grupos: primeiro, a revolução agrícola, revolução comercial, a revolução dos transportes e das vias de comunicação e a revolução tecnológica. Segundo ponto, a revolução cultural e filosófica ligada ao renascimento, a revolução religiosa, a revolução científica e a revolução política.

A partir de 1970 houve várias mudanças no conceito de desenvolvimento. Estas alterações manifestam-se através do aparecimento de novos conceitos de desenvolvimento vindo a estabilizar nos conceitos de desenvolvimento sustentável, local, participativo, humano e social. A medida que isto acontecia iam aparecendo outros indicadores como forma de medir o desenvolvimento.

Atualmente, o conceito de desenvolvimento é aceite de forma consensual como sendo sinónimo de bem-estar e qualidade de vida. É indispensável para a formulação do conceito de desenvolvimento a inclusão do crescimento económico.

Se recorrermos ao passado encontramos várias perspectivas teóricas sobre o conceito de desenvolvimento económico. O pensamento de Adam Smith sobre o desenvolvimento económico com a teoria das vantagens absolutas – consiste na livre troca de bens e serviços. Vários foram os autores que, a seguir a Smith, estudaram a problemática do desenvolvimento, tais como: Thomas Robert Malthus contribuiu para o conceito de desenvolvimento com uma visão pessimista quando comparada com a visão de Smith. Segundo Malthus, o futuro da humanidade precisa de crescimento populacional e para que isto seja possível são necessários recursos. Porém, o crescimento populacional é maior do que a capacidade de suporte da terra.

David Ricardo constrói o modelo das vantagens comparativas ou relativas, ou seja se o país for menos eficiente a produzir bens e serviços do que outros países ainda assim deve continuar a produzir os mesmos bens e serviços. Perspectiva Marxista afirma que o valor de uma mercadoria divide-se no investimento feito para produzi-la e na sua mais-valia. O capital é composto pelo capital variável. A mais-valia é entendida pelo valor que está para além do processo de produção que cria a mais-valia. Por último, Joseph Shumpeter assentava o seu pensamento sobre o conceito do fluxo circular de renda. Shumpeter estabelece uma diferença entre crescimento e desenvolvimento, ou seja, o crescimento é uma variação, contínua e lenta nas quantidades de factores produzidos. Segundo Moreira e Crespo (2011:822) o desenvolvimento “é um fenómeno mais complexo que quebra o fluxo circular da vida económica alterando o equilíbrio previamente existente. Este processo de ruptura encontra na inovação o seu elemento indutor, sendo ele que afasta a economia do equilíbrio anterior e a conduz a um novo, caracterizado por um nível superior de rendimento”.

No Pós-Segunda Guerra Mundial aparecem várias correntes com o objectivo de explicar os problemas do desenvolvimento. Entre elas surge com maior destaque a Escola da Modernização. A escola da modernização tem destaque com a abordagem de Arthur Lewis e o seu modelo de dois sectores e com Walt Rostow e o seu modelo das etapas do crescimento. O conceito de desenvolvimento estava intimamente ligado com o crescimento económico, pois o crescimento económico era considerado como indispensável para que existisse-se desenvolvimento.

Por outro lado, os seguidores da contra-revolução neoclássica, segundo Moreira e Crespo (2011: 822,823) afirmam que “parte dos fundamentos da teoria neoclássica do crescimento nas vertentes exógena e endógena para interpretar os insucessos dos países em desenvolvimento”.

Quer os seguidores da Escola Moderna quer os seguidores da Teoria Neoclássica entendem que o crescimento económico como fundamental no conceito de desenvolvimento. A Teoria neoclássica do crescimento económico teve como contributo mais importante o de Solow (1956). Segundo Solow a acumulação de capital é o ponto mais importante na explicação de crescimento económico.

Muitos autores explicam o crescimento e as diferenças entre rendimento *per capita* dos países com o desenvolvimento tecnológico de cada um. Os países mais atrasados em tecnologia têm a oportunidade de imitar e beneficiar das criações dos países mais desenvolvidos e assim crescerem economicamente. O evolucionismo é uma perspectiva alternativa à teoria neoclássica. Neste caso pode também ser referida a abordagem neoshumpeteriana.

Chama-se neoshumpeteriana porque nasce da ideia inicial de Schumpeter afirmando que a inovação é essencial no desenvolvimento. As empresas assumem um papel central no desenvolvimento desta ideia por estarem em constante evolução e ser o centro da actividade económica. É onde estão as rotinas que se traduzem no comportamento dos agentes no processo produtivo. Contudo, a resistência à mudança dessas rotinas é um obstáculo à inovação e à sobrevivência das empresas, pois “firmas com rotinas mais adequadas às condições e mercado serão as com maior possibilidade de sobrevivência e mais aptas a adquirir maior participação no mercado (Lopes, 2015: 380)”. A mudança não é um processo fácil, isto porque é no mercado que acontece o processo de selecção das empresas mais competitivas e é através deste que as empresas recebem sinais de que se precisam adaptar. As inovações tecnológicas passam por quatro fases: primeira, surge o aparecimento de um novo produto; na segunda e terceira, acontecem várias modificações com o objectivo de melhorar a produtividade, qualidade e posicionamento do produto no mercado, por último, na quarta fase acontece a maturação da tecnologia e as possibilidades de lucro são reduzidas. No fim da quarta fase, surge o reaparecimento do ciclo da inovação este é um momento de oportunidade para os países tecnologicamente menos avançados porque abrem-se novos mercados e existe maior rentabilidade.

Os conceitos de crescimento e desenvolvimento foram muitas vezes entendidos como sendo sinónimos e essa conclusão errada teve como principais consequências, segundo Amaro (2003), entender como condição necessária para o desenvolvimento o crescimento económico, entendido como processo de aumento de produção de bens e serviços, ou seja, para que exista desenvolvimento é preciso produzirmos cada vez mais bens e mais serviços; o uso sistémico do rendimento *per capita* como avaliador do desenvolvimento dos países.

A relação existente entre os conceitos de desenvolvimento e crescimento alargou-se ao conceito de industrialização “assente historicamente nos países ditos desenvolvidos, em processos de industrialização, rapidamente a expressão países industrializados se converteu em sinónimo de países desenvolvidos e aquela foi apresentada como uma etapa obrigatória na caminhada dos países do terceiro mundo para o desenvolvimento (Amaro, 2003: 10)”.

Para Jatobá (2015), o crescimento económico é o aumento do consumo, dependente de factores como o capital e o progresso tecnológico. Por outro lado, o desenvolvimento é um conceito mais abrangente, pois considera o bem-estar da sociedade e as diferenças económicas que se estabelecem entre os indivíduos numa determinada comunidade. Mesmo os países que atingem um crescimento económico elevado podem não abranger as populações mais desfavorecidas.

A forma de conhecermos o crescimento económico de um país é a de calcularmos o seu rendimento *per capita*, permite-nos conhecer de forma simples a situação económica de um determinado grupo de indivíduos. Este método de conhecer o desenvolvimento económico pode implicar vários problemas para um país, nomeadamente ambientais. Um país pode crescer extraordinariamente em produção de bens e serviços, contudo, os impactos ambientais não sendo considerados terão efeitos devastadores na saúde pública de uma população.

Para Moreia (2009) o crescimento económico assume um sentido restrito que se opõe ao desenvolvimento que engloba o crescimento económico, o bem-estar e a qualidade de vida dos indivíduos. Já o desenvolvimento é conceito normativo e peremptório, por isso entende-se que existe uma certa subjectividade no que diz respeito ao conceito de desenvolvimento.

Em 1950/60, inicia-se o debate sobre o conceito de desenvolvimento. No entanto, é a partir de 1970 quando a discussão se incendeia e começam a surgir novos conceitos do desenvolvimento. Para Amaro (2003), as principais razões para o surgimento destes novos conceitos de desenvolvimento são: a frustração sentida nos países subdesenvolvidos devidos as receitas e modelos de desenvolvimento, sobretudo após o falhanço da primeira década de desenvolvimento (década de 60), com o incumprimento por parte dos países desenvolvidos em atribuir 1% do PIB; o falhanço da segunda década de desenvolvimento (década de 70), mais uma vez os países desenvolvidos incumprem as promessas de ajuda aos países subdesenvolvidos; e, por último, a tentativa sem grandes resultados de estabelecer uma nova ordem económica mundial que fosse mais favorável aos países subdesenvolvidos. Os sucessivos acontecimentos que reflectem o mal-estar nos países desenvolvidos: revoltas estudantis em França (1968) e em Itália (1969); a revolução dos Híppies (década de 60); contestação social étnica; por último, os protestos generalizados contra a guerra do Vietname (década de 70). A persistente crise económica instalada nos últimos 30 anos que impossibilita o regresso à época dos chamados anos dourados. Nos países socialistas multiplicaram-se os problemas ambientais, sociais e políticos, saber: a primavera de praga (1968); na U.R.S.S., o reaparecimento das filas de racionamento e as dificuldades de abastecimento de bens essenciais; o desastre de *Chernobyl*; e, finalmente, a queda do muro de Berlim (1989) e o fim da U.R.S.S.

A Economia Institucional também tem um peso no desenvolvimento. Com a chamada Nova Economia Institucional as instituições ganham um novo destaque no desenvolvimento. As instituições têm três momentos, a saber, aparecimento, a sua manifestação e o papel que desenvolvem numa determinada sociedade.

Estas instituições desempenham um papel no conhecimento e progresso tecnológico das comunidades. Contudo, aqui podemos falar em duas visões distintas. Uma que diz que as instituições retardam o desenvolvimento como se uma visão fosse voltada para a civilização e a outra para a era primitiva. Assim são entendidas as instituições, como se, por um lado, apostassem no conhecimento e progresso tecnológico e, por outro, apenas lhes interessa a estagnação. Contudo, segundo Pessali e Dalto (2010) temos motivos para pensar de forma diferente porque: primeiro, a própria tecnologia também retarda o progresso tecnológico. Ou seja, a introdução de uma tecnologia no mercado obriga a que quando for introduzida uma nova tecnologia no mercado esta esteja sujeita a critérios rígidos. Segundo, a tecnologia resolve e cria problemas.

As organizações bancárias e de crédito contribuem negativamente para o desenvolvimento. Estas organizações, no que diz respeito a pessoas singulares, travam o desenvolvimento com os cartões de crédito, crédito ao consumo e juros bancários porque o comprador paga o dobro do que de facto consume. No caso das empresas enfrentam uma dupla dificuldade, por um lado, sofrem a escassez da procura e por outro são lhes cobrados juros insuportáveis que por sua vez travam os seus investimentos. Os elevados custos suportados pelas famílias e as empresas somado aos custos tributários fazem com que, muitas vezes, estas recorram a paraísos fiscais. Esta opção tem impacto no desenvolvimento porque agrava as desigualdades sociais na medida em que o rendimento que deveria ser tributado e depois redistribuído será menor. Todas estas práticas contribuem fervorosamente para que a saúde, o ensino, o rendimento, entre outras dimensões, sejam prejudicadas.

Estas novas abordagens não rejeitam a importância do crescimento económico. Contudo, advogam que o crescimento económico por si só não chega para que haja desenvolvimento. É pois necessário incluir um conjunto de outras dimensões (Social, Política, Cultural, e Ambiental).

Estes novos conceitos de desenvolvimento são o resultado de várias ideias postas em debate sobre o tema.

Apresento agora as três abordagens “fundamentais” sobre onde incide a discussão de desenvolvimento.



2.1. Os Novos Caminhos do Desenvolvimento

2.1.1. Desenvolvimento Sustentável

No século XIX Thomas Malthus abordou a questão dos recursos e do ambiente. A sua preocupação prendia-se com a ideia de que a produção alimentar não seria suficiente face ao crescimento populacional. Mais tarde, na década de 70 do século XX surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Há dois acontecimentos marcantes para o conceito de desenvolvimento sustentável. A Conferência de Estocolmo de 1972 e o estudo encomendado ao Clube de Roma. O Clube de Roma foi uma organização fundada em 1968, constituído por funcionários públicos, cientistas, economistas, humanistas, industriais, criado por um empresário italiano com o objetivo de debater os desafios da humanidade. Em 1972, foi publicado o seu primeiro relatório “The Limits to Growth” (Os limites do Crescimento) cujo o seu principal contributo foi o de defender que o equilíbrio no planeta devia ser conquistado através do limite do crescimento populacional, com o progresso dos países em vias de desenvolvimento e com preocupação para as questões ambientais. A Conferência de Estocolmo em 1972 abordou a compatibilidade das reservas de recursos estratégicos com ritmos de crescimento.

Em 1987, aparece o conceito de desenvolvimento sustentável com a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, presidida pela ex-primeira ministra da Noruega Gro Harlem Brundland. A comissão teve o apoio da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 1991, produziu o relatório chamado “our common future”(o nosso futuro comum), também é conhecido como o relatório de Brundland. Este relatório tinha como objectivo o de apresentar desafios e esforços comuns.

A sustentabilidade está ligada à gestão dos recursos renováveis. Segundo Moreia e Crespo (2011), podemos enunciar duas fases: numa primeira, a preocupação está na gestão dos recursos não renováveis, a saber, o petróleo, os minérios e recursos estratégicos em geral. Contudo, a gestão dos recursos renováveis também passou a ser alvo de questionamento devido ao problema de renovação de recursos.

Em 1992, no Rio de Janeiro, acontece a Segunda Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, chamada a Conferência do Rio, também conhecida por Cimeira da Terra ou Eco-92. Para Jatobá (2015), os principais resultados da conferência do rio foram: a declaração do rio e a agenda 21. A Agenda 21 tem como principal foco os problemas actuais e a preparação para os desafios do século XXI. A Declaração do rio tem como objectivo criar acordos internacionais respeitando o interesse comum.

Estes acontecimentos fizeram com que o conceito de desenvolvimento sustentável passa-se a ser amplamente usado pelos governos, organizações não-governamentais e outras entidades que se dedicam ao tema. Mais tarde, em Joanesburgo (2002), aparece uma visão dividida em três pontos da sustentabilidade que se parte em três ideias fundamentais: a viabilidade económica, preservação ambiental e coesão passam a constituir três pontos essenciais ao desenvolvimento sustentável.

Em 1997, numa conferência no Japão, é elaborado o protocolo de Kyoto ou Tratado de Kyoto. Neste documento, os países com índices de poluição mais elevados acordaram em reduzir as emissões de dióxido carbono em 5% em 2012 quando comparados com o ano de 1990. A grande decepção do tratado de kyoto foi a não ratificação por parte dos Estados Unidos. Recentemente, em Paris foi aprovado um novo acordo chamado o ”Acordo de Paris” com o objectivo de reduzir os efeitos dos gases do efeito de estufa a partir de 2020. O acordo inclui 195 países. Para que vigore é preciso que, pelo menos, 55 países responsáveis por 55% das emissões ratifiquem o acordo. A 22 de Abril de 2016, o antigo Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, abriu o período para assinatura do acordo até 21 de Abril de 2017. Depois da sua ratificação cada país deve formalizar o acordo internamente.

Para Jatobá (2015), o conceito de desenvolvimento sustentável é entendido como um processo de exploração racional do meio ambiente, direcção dos investimentos, a orientação do progresso tecnológico, mudança institucional, assim como de uma sociedade civil virada para a preocupação ambiental, indústria limpa e crescimento económico. Há de todo um processo contínuo cujo seu pilar fundamental é a sociedade. Trata-se, portanto, fazer o uso do verbo imperativo e de oferecer às gerações vindouras a dignidade da geração atual, na utilização dos recursos naturais, juntando o crescimento económico e a preservação do meio ambiente.

Para Moreira (2009) o conceito de desenvolvimento sustentável é um processo de satisfação das necessidades da geração presente sem que isso comprometa a geração futura. É preciso haver solidariedade entre gerações para que as gerações futuras possam viver com a mesma dignidade do que as gerações presentes.

A questão da sustentabilidade está relacionada com a gestão dos recursos naturais. Os recursos não renováveis, nomeadamente o petróleo, minérios e recursos estratégicos em geral. O desenvolvimento sustentável considera também os recursos renováveis devido à sua qualidade e ao tempo necessário para a sua renovação.

2.1.2. Desenvolvimento Local e Metodologia Participativa

O desenvolvimento local surge na década de 1960 do desenvolvimento comunitário. Foi proposto por autores e organizações internacionais com o objectivo conhecer as necessidades das populações, “mobilização das capacidades locais como ponto de partida para as respostas e visão integrada dos problemas e soluções (Moreira e Crespo, 2011: 828)”.

Podemos definir o desenvolvimento local da seguinte forma:

“Um processo de mudança, centrado numa comunidade territorial, que parte da constatação de necessidades não satisfeitas, às quais se procura responder prioritariamente a partir das capacidades locais, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de participação, em articulação necessária e fertilizadora com recursos exógenos, numa perspectiva integrada e integradora, o que implica uma dinâmica de trabalho em parceria com impacto tendencial em toda a comunidade e com uma grande diversidade de caminhos, protagonismos e soluções (Amaro, 1999, p.38)”.

Muitos foram as ideias que se seguiram ao desenvolvimento comunitário, vindo a estabilizar no desenvolvimento local. Hoje podemos entender o desenvolvimento local como sendo “ processo de mudança, de base comunitária, que tem normalmente como ponto de partida a existência de necessidades que atingem o colectivo, às quais se procura responder mobilizando, prioritariamente, as capacidades locais (Moreia e Crespo, 2011: 828)”.

O desenvolvimento local possui uma lógica participativa que incentiva as populações a participarem na resolução de problemas e na valorização dos recursos naturais.

A visão integrada é um dos aspectos de maior relevo do desenvolvimento local. Pressupondo a parceria e trabalho conjunto por parte da administração pública, organizações formais e informais, cidadãos e empresas, reunindo esforços directos de todos e assim criando impacto na comunidade. Por outras palavras, “a base do desenvolvimento local faz com que a matriz cultural seja um importante factor de dinamismo integrado e integrador. Isso exige uma lógica de parceria (entendida no sentido de partilha de interesses), com impacto tendencial em toda a comunidade e segundo uma grande diversidade de pontos de partida, protagonistas, caminhos de solução e resultados. Por outras palavras, uma dinâmica de trabalho conjunto de instituições formais e informais, de empresas, cidadãos e administração pública, com empenho e participação directa de todos os intervenientes, nomeadamente beneficiários, constitui um trabalho de parceria, indispensável a um desenvolvimento local duradouro e com potencialidades de se alastrar a toda a comunidade (Moreira, 2009 p.543)”.

2.1.3. Desenvolvimento Humano

O desenvolvimento humano inicia-se em 1970 com Mahbub ul Haq, no âmbito da Organização Internacional do Trabalho (ILO) e Robert Macnamara, por parte do Banco Mundial, e é onde surge que o desenvolvimento tenha como “critério crucial” as *Basic needs*.

A ILO entende como sendo *Basic needs*, sucintamente, o seguinte conjunto de necessidades: vestuário, habitação, educação e saúde. Sendo o emprego considerado o meio para atingir as “*Basic needs* (Moreia e Crespo, 2011:830)”.

O debate do conceito de desenvolvimento humano aconteceu, pela primeira vez, em 1990 com o programa das Nações Unidas para o desenvolvimento (PNUD).

O conceito de desenvolvimento humano tem vindo a ser trabalhado e a evoluir desde 1990. Hoje o conceito de desenvolvimento é mais complexo, pois outras dimensões como “liberdade, a igualdade de oportunidades, a sustentabilidade e a segurança (Moreia e Crespo, 2011: 830)”. Os Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) debatem problemáticas actuais do desenvolvimento humano.

A equidade e a sustentabilidade são componentes do desenvolvimento humano. A dimensão de equidade remete para o direito que todos temos a “igualdade oportunidade de acesso a uma vida longa e saudável, a um nível de conhecimentos aceitável, e a um padrão de vida adequado, i.e. independentemente do género, estrato socioeconómico, origem étnica, escalão etário, opções políticas, ideológicas ou religiosas, ou ainda origem regional (Moreia e Crespo, 2011: 831)”. A sustentabilidade prende-se com a responsabilização a longo prazo. Por último, a ideia de desenvolvimento anterior continha uma noção de segurança humana ligada à ideia de subsistência alimentar e satisfação de necessidades básicas, contudo, a partir de 1994, esta noção passa a ser entendida também como sendo a protecção contra os desastres naturais, o crime organizado e repressão política (Moreia, 2009).

Para finalizar, o “ desenvolvimento humano constitui um processo de alargamento das escolhas e das oportunidades dos indivíduos, de expansão de liberdades humanas, de valorização das capacidades dos indivíduos, que lhes permitam ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimento, ter acesso aos recursos naturais para um nível de vida digno, enquanto os preservam para as gerações futuras, com igualdade de oportunidades e em segurança (Moreia e Crespo, 2011:831)”.

Para Jatobá (2015), amplifica o conjunto de escolhas pessoais, ou seja, cada um passa a ter um conjunto mais alargado de opções de vida, tendo o direito de escolha no que diz respeito ao que querem fazer com as suas vidas.

Este é o conceito que serve de base ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e do Relatório de Desenvolvimento Humano.

2.1.4. Os Desafios do Milénio

Em Setembro do ano 2000, numa Cimeira do Milénio organizada pela O.N.U. saiu uma histórica declaração do milénio, adoptada por 189 países, que define os objectivos de desenvolvimento do terceiro milénio.

Enuncio os oito objectivos principais:

- 1- Erradicar a pobreza extrema e a fome;
- 2- Alcançar o ensino primário principal;
- 3- Promover a igualdade do género e dar poder as mulheres;
- 4- Reduzir a mortalidade infantil;
- 5- Melhorar a saúde materna;
- 6- Combater o HIV/SIDA, malária e outras doenças;
- 7- Assegurar a sustentabilidade ambiental;
- 8- Promover uma parceria mundial para o desenvolvimento.

Estas foram as metas estabelecidas pelas Nações Unidas para o terceiro milénio. Contudo, para Amaro (2003) devem ser considerados outras questões de enorme complexidade: o desafio da competitividade entre os agentes económicos; a coesão social, sobretudo nos países desenvolvidos; o problema da sustentabilidade; a diversidade ao nível das intolerâncias religiosas; e, por último, o desafio da *governance*, da regulação e da vontade política a nível mundial, nacional e local.

Capítulo 3: Medição do Desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento desde a década de 70 sofreu várias transformações que resultou num alargamento do seu campo. Devido à sua multidimensionalidade (já anteriormente referida) foram criados vários índices de medição de desenvolvimento. Segundo Moreira (2009), há três formas de avaliar o desenvolvimento: indicadores sintéticos; indicadores compósitos; indicadores desagregados. Os primeiros traduzem-se pela utilização de um único indicador na medição, como exemplo mais conhecido temos o rendimento *per capita*. Já os indicadores compósitos, segundo Moreira (2009: 546) são “medidas que sintetizam a informação fornecida por um conjunto de variáveis representativas de uma visão mais alargada do nível de desenvolvimento dos países”. Por último, os indicadores desagregados são um “leque amplo de natureza mais específica, susceptíveis de fornecerem, no seu conjunto, uma visão mais completa sobre as várias dimensões do desenvolvimento (Moreia, 2009: 546)”.

A avaliação quantitativa do desenvolvimento dos países a seguir à Segunda Guerra Mundial tem sido feita pelos indicadores de crescimento económico, especialmente pelo rendimento *per capita*. Esta opção deve-se à ligação que se estabelecia entre o conceito de desenvolvimento e crescimento económico. A partir dos anos 70 séc. XX começa a existir uma imposição por parte dos indicadores compósitos para que possam ser utilizados como forma de medição do desenvolvimento. Trazendo consigo a vantagem de captar directamente as diferentes ramificações do desenvolvimento conseguindo assim uma análise mais precisa.

A descrença de que o crescimento económico conduzia-nos a uma melhor qualidade de vida aparece nos anos 60 do séc. XX, perante esta situação várias organizações mundiais começaram a criar outros mecanismos de medição.

3.1. Rendimento *Per Capita*

O Rendimento *per capita* era o indicador utilizado por excelência como forma de medir o desenvolvimento de um país até aos anos 70 do séc. XX. Este consiste na divisão da renda nacional pela população. É um índice muito útil e bastante utilizado na literatura económica. O PIB é um indicador que mede a riqueza e não a qualidade de vida de um país, desta forma, não contempla várias dimensões essenciais para o bem-estar e qualidade de vida de um país, por exemplo, o lazer. Estas são fundamentais para que se construa aquilo que todos na sua individualidade e em conjunto almejam - a felicidade. Imagine-se o caso se um determinado país decidisse eliminar toda a legislação ambiental, então as empresas começariam a produzir uma maior quantidade de bens e serviços, contudo, sem se preocupar com os danos ambientais que isso envolve para a sociedade e para o meio ambiente, nomeadamente riscos para a saúde. Certo seria que o PIB cresceria extraordinariamente. A qualidade de vida e bem-estar, nomeadamente a nível da saúde, piorava. Porém também não podemos extinguir o PIB da nossa análise pois este fornece informações importantes para sobre a qualidade de vida nos países.

Pode ser tomado como exemplo o gráfico seguinte que nos mostra em 10 países na Europa o crescimento do PIB *per capita* entre os anos 1995 e 2014.

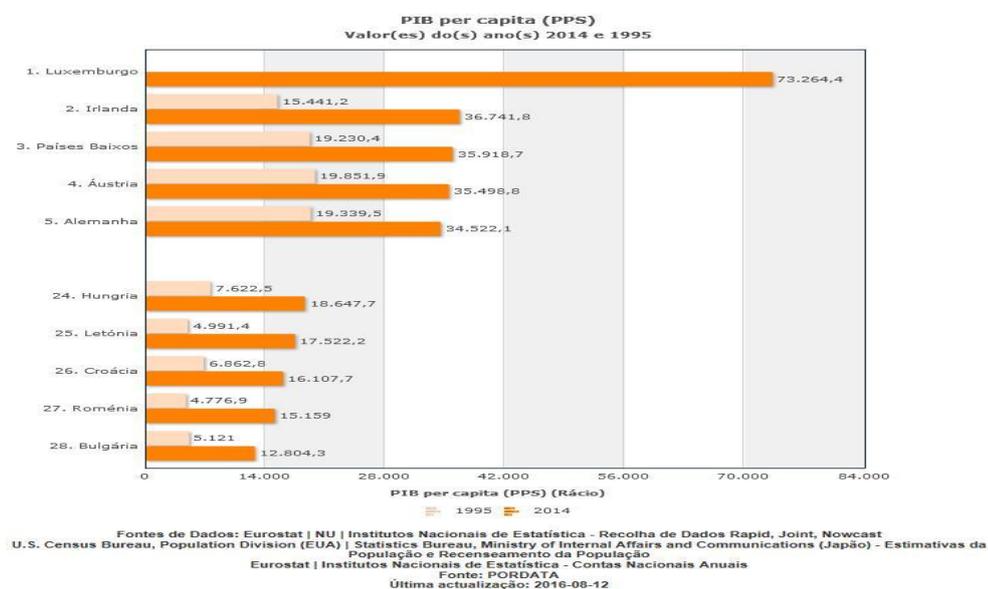


Figura 1 : Crescimento do PIB entre os anos 1995 e 2014 em 10 países da Europa

Podemos comparar o PIB *per capita* de Portugal, Espanha, Alemanha e França em 2015.

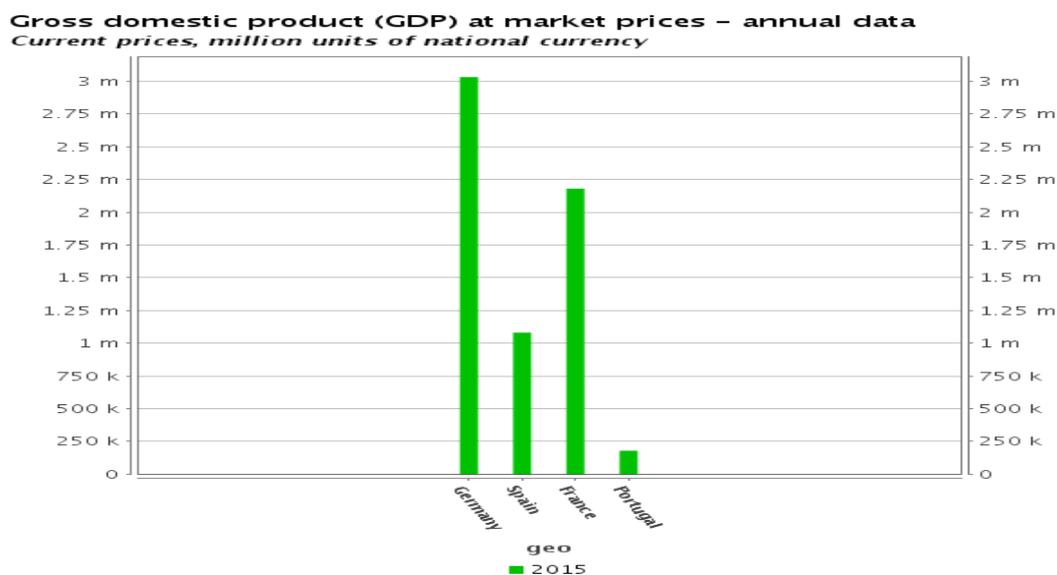


Figura 2: PIB *per capita* de dois países da Europa do Sul e dois Países da Europa do Norte

Fonte: Eurostat

Por outro lado, se quisermos conhecer o número de praticantes de desporto por cada mil habitantes em Portugal, verificamos que a tendência no período entre 1996 e 2010 tem sido de crescente. Isto apesar de Portugal estar entre os países com menor PIB *per capita* da Europa. O desporto que é uma prática de bem-estar e de qualidade de vida.

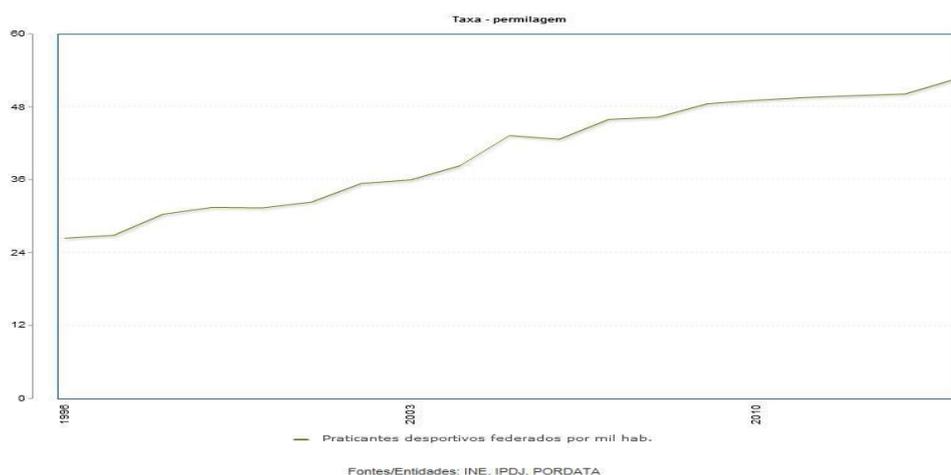


Figura 3: Praticantes de desporto por habitantes em Portugal

Fonte: Pordata

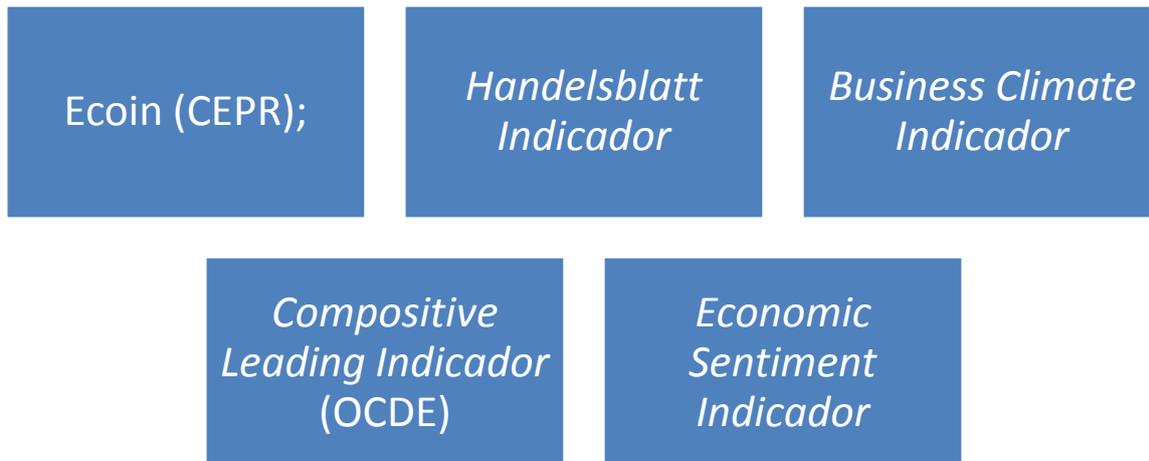
Por esta falta de percepção das reais condições de vida da população de um país começaram a aparecer os indicadores de medição compósita.

3.2. Indicadores Compósitos

Os indicadores compósitos são um conjunto de indicadores mais específicos. A sua grande vantagem prende-se com o facto de permitirem “sintetizar, sem perda de informação, questões complexas ou multidimensionais e na maior facilidade de interpretação quando comparadas com um leque de indicadores individualmente considerados (Moreira e Crespo, 2011:833)”.

Os indicadores compósitos permitem conhecer o desenvolvimento dos países numa forma mais agregada, directa e imediata do que os outros meios de medição. Segundo Moreira (2009), os indicadores de desenvolvimento podem ser uni ou multidimensional. São exemplos de medidas unidimensionais o Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Género (IDAG) – nasce do reconhecimento de que as desigualdades ao nível do género representam para o desenvolvimento humano, trabalha nas seguintes dimensões, a saber, o trabalho, saúde reprodutiva e a educação; Medida de Participação Segundo o Género (MPSG) – procura medir a aquisição relativamente aos graus de poder por mulheres; e o Índice de Bem-estar (IBE) – entende-se pela presença do melhor padrão de qualidade de vida. Este incide sobre o elemento materialista que compõe o padrão de vida de bem-estar mas também a saúde, o ambiente, educação, gestão do tempo nomeadamente no que diz respeito ao equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, a vida em sociedade, participação na democracia e o acesso à cultura e ao lazer.

Podemos referir, também, os indicadores compósitos utilizados na zona euro:



De entre todos os indicadores de medição compósita saliento o índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com o objectivo de enunciar um conjunto de indicadores compósitos e a sua capacidade de captar as diferentes dimensões de desenvolvimento já abordadas apresento a seguinte tabela:

Autor/Organização	Índices Compósitos de Desenvolvimento	Dimensões									
		Nr. Dimensões	Rendimento	Distribuição do Rendimento	Educação	Saúde	Emprego	Infraestruturas	Valores	Ambiente	Outros
Bennett(1951)	Índice de Consumo Relativo	4			X	X		X			X
Beckman e Bacan (1966)	Índice de Consumo Relativo per capita	3				X		X			X
McGranahan (1972)	Índice Geral de Desenvolvimento	5			X	X	X	X			X
Nordhaus e Tobin (1972)	Medida de Bem-Estar Económico (MEW)	5			X	X	X	X			X
Moris (1979)	Qualidade de Vida Física (PQLI)	2			X	X					
Zolatas (1981)	Aspectos Económicos do Bem-Estar (EAW)	6			X	X	X	X		X	X
Ram (1982)	Índices de Desenvolvimento Geral	3	X		X	X					
GingsBurg(1986)	Escala de Distância Mundial	3	X			X		X			
Camp e Spide (1987)	Índice de Sofrimento Humano	5	X		X	X		X	X		
Slottjic(1991)	Índice Geral de Qualidade de Vida	5	X		X	X		X	X		
Diener (1995)	Índices de Qualidade de Vida	6	X	X	X	X			X	X	
Estes (1998)	Índice Ponderado de Social	5	X		X	X			X		X
Bandoph(2001)	G-Índice	2						X			X
UNDP (2001)	Índice de Realização Tecnológica (TAI)	2					X	X			
Prescott e Aicm (2001)	Índice de Bem-Estar (WSI)	9	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Tarantola (2002)	Índice de Mercado Mundial	3						X	X		X
Smith (2003)	Índice de Bem-Estar Económico (IEWB)	7	X	X	X	X	X			X	X
Hagen (2004)	Índice de Bem-Estar	3	X			X				X	
The Economist (2004)	Índice de Qualidade de Vida	5	X			X	X		X		X
European Comission (2005)	Investimento na Economia Baseada no Conhecimento	2			X			X			

European Comission (2005)	Performance in the Knowledge-Based economy	3	X		X			X			
Marks (2006)	Happy Planet Index(HPI)	2			X					X	
Sbilanciamoci (2006)	Regional Quality of Development Index	8		X	X	X	X	X	X	X	X
WB(2006)	Ajusted net Swing	3			X					X	X
UNDP(2007)	Human Development Index	3	X		X	X					
UNDP(2007)	Human Poverty Index (HPI-1)	2			X	X					
UNDP(2007)	Human Povety Index (HPI-2)	4		X	X	X	X				
ATK/FP(2007)	A.T.KC.AM.CY/FE RIGN POLICY GLOBALIZATION INDEX	2						X			X
Miringolf Copdyckc(2007)	Index Social Ncalth	6	X	X	X	X	X		X		
Talberth(2007)	Genuine Progress	7		X	X		X	X	X	X	X
IMD (2008)	World Competitiveness	9	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Holmes (2008)	Indexo of Economic Freedom	2							X		X
Porterc Schwab (2008)	Global Competiviness	6	X		X	X	X		X		X
EJU(2009)	Business Enviroment Rankings	7	X		X	X	X	X	X		X
Centre of Bthutancs-Studys	Gross National Happiness Index	9	X	X	X	X	X	X	X	X	X

Tabela 1: Lista de Indicadores Compósitos

Fonte: Booyen(2002); Eurostat (2008); Bandura (2008)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida sintética que contempla três dimensões, a saber, a renda, a saúde e a educação. Criado por Mahbud Haq e Amartya Sen, surge como uma proposta no primeiro relatório de desenvolvimento humano do PNUD, a 24 de Maio de 1990 com o objectivo de oferecer uma alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. É ampliado o conjunto de escolhas dos indivíduos para que elas possam ser o que querem. Assim, o IDH junta a saúde e a educação ao rendimento, deixando este de ser o centro da análise do desenvolvimento, pois parte da ideia para que exista um melhor desenvolvimento humano é preciso não só o rendimento mas também acesso à educação e saúde. Contudo, o IDH também possui limitações, tais como, não refere a dimensão ambiental, a felicidade humana, integração social e cultural. A partir de 1990 é publicado anualmente um Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) pelo PNUD. É importante referir que o IDH surge numa época de debate intenso sobre o desenvolvimento. As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas por acontecimentos de relevo, principalmente a nível produtivo, financeiro e de progresso tecnológico. Como refere Reis, Rittler e Teles (2016), o impacto da tecnologia na produção e a adaptação da força de trabalho humana; a globalização económica e a mudança dos epicentros produtivos para países de mão-de-obra de menor custo foram acontecimentos que contribuíram significativamente para o desenvolvimento. Em suma, o RDH, foi lançado num período de discussão sobre os caminhos a seguir pelos países em desenvolvimento. Gradualmente tornou-se um índice de referência mundial, assim sendo usado como índice chave para os objectivos do milénio das nações unidas.

Segundo Moreira (2011), a medição do IDH está em três indicadores: primeiro, saúde, como sendo indispensável para se ter uma vida saudável e longa; segundo, educação, como condição de acesso ao conhecimento; o rendimento, necessário para ter acesso a um padrão de vida digno. O primeiro indicador é medido através da esperança média de vida. A segunda vem da média ponderada da taxa de alfabetização dos adultos. Por último, o rendimento é medido pelo rendimento do PIB *per capita*.

O IDH centra-se numa dimensão fundamental do desenvolvimento humano – obtenção de um nível de vida mais digno, adicionando-lhe uma vida longa e saudável e um nível de conhecimentos aceitável.

O IDH tem indicadores complementares de desenvolvimento humano, a saber, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade (IDHAD); o Índice de Desigualdade de Género (IDG); e, Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IDHAD pode ser entendido como sendo o

índice de desenvolvimento humano real enquanto que o IDH é índice de desenvolvimento humano potencial. O IDG mostra-nos as desigualdades com base no género em três pontos fundamentais, a saber, saúde produtiva, autonomia e a atividade económica.

O RDH apresenta o cálculo do IDH da maior parte dos países do mundo. No Brasil, em 2003, foi calculado pela primeira vez, o IDH para todos os municípios brasileiros. O RDH serve essencialmente para informar, não apenas governos mas também a própria sociedade civil pois se cada um de nós tiver mais informação sobre o estado do desenvolvimento humano melhor pode contribuir para solucionar os problemas existentes.

Para o cálculo do IDH são criados sub-índices para cada uma das três dimensões. Todos os sub-índices são depois integrados no IDH, sendo obtidos valores compreendidos num intervalo de 0 a 1. Segundo Moreira (2011), a classificação dos países é feita em três categorias de desenvolvimento humano baixo ($IDH < 0,5$); médio ($0,5 \leq IDH < 0,8$); elevado ($IDH \geq 0,8$).

A fórmula é a seguinte:

$$IDH = \sqrt[3]{(I_{vida} \times I_{Educação} \times I_{Rendimento})} \quad (1)$$

Em 2010, no ano em que completou duas décadas, são efectuadas mudanças devido à entrada e à saída de países. Saliento como sendo as mais relevantes as alterações nos indicadores de medição do progresso de educação e rendimento.

3.4. Índice de Felicidade Humana

O Índice de Felicidade Humana é um conceito complexo que inclui várias condições da felicidade humana. A origem deste conceito remete-nos para 1970, foi desenvolvido no Butão, um reino localizado na Ásia cujo o paradigma é *Gross National Happiness is more important than Gross Domestic Product*. Ou seja, o desenvolvimento deve estar direcionado para o bem-estar e qualidade de vida dos indivíduos estando o governo responsável por desenvolver políticas nesse sentido. É importante referir que o conceito de felicidade para os orientais distingue-se daquele que é conhecido pelos ocidentais. No oriente o respeito pelo próximo e a responsabilidade são referências de felicidade. Por outro lado, no ocidente a felicidade é entendida como sendo direcionada apenas para o indivíduo deixando o outro fora da equação. Aqui é clara a influência do Budismo nos valores e na busca pelo desenvolvimento, assumindo como paradigma o caminho do meio. Já os ocidentais procuram o aumento do consumo e crescimento do PIB.

Tendo em vista o já supracitado foram desenvolvidas quatro áreas fundamentais do desenvolvimento: primeira, o desenvolvimento socioeconómico sustentável e equitativo; segundo, conservação ambiental; terceiro, promoção e preservação da cultura; quarta, e última, o “good governance”.

Estas quatro áreas são desenvolvidas em nove dimensões.

Primeira dimensão é medida pelo bem-estar psicológico que compreende as emoções e o espírito. O bem-estar psicológico é avaliado e essa medida leva a que as pessoas se preocupem mais com esta vertente e não que a deixem de lado. A segunda dimensão trata da saúde, nomeadamente o número de horas que devem ser utilizadas para dormir e um número de horas para se trabalhar. Para o IFB, neste domínio, o que importa é a saúde física porque a mental já está incluída no primeiro domínio. O IFB procura proporcionar a saúde com qualidade assim como encontrar medidas que possibilitem prevenir problemas de saúde. A terceira dimensão é dedicada à comunidade consistindo na família, segurança, reciprocidade, confiança, apoio social e socialização. A quarta dimensão é composta pela transmissão de valores, percepções básicas, língua, desportos tradicionais e competências artesanais. A quinta dimensão é a do elevado conhecimento e da remoção de barreiras para que a população tenha acesso a esse conhecimento.

A sexta dimensão refere o conhecimento tradicional e a sua história. A sétima dimensão concentra-se nas preocupações ambientais, nomeadamente em manter uma população informada com o fim de combater a degradação ambiental e de aplicar práticas de florestação.

Há aqui a preocupação em medir a qualidade da água, do ar, das florestas e da natureza de um modo geral. Entende-se como sendo o objectivo desta dimensão o equilíbrio entre o padrão de vida e a qualidade ambiental, sempre possibilitando às próximas gerações viver nas mesmas condições que a atual. A oitava dimensão é dedicada a necessidades básicas como o rendimento, habitação e a segurança na alimentação, ou seja, tudo a que diz respeito da parte material da vida do indivíduo. Se a primeira dimensão é dedicada à parte psicológica, mental e espiritual, é nesta dimensão que o indivíduo encontra a parte intangível que o completa. Há o objectivo de proporcionar um nível de vida digno a todas as pessoas por meio de políticas públicas e atividades distributivas. E, por último, a nona dimensão de felicidade e bem-estar no botão é o “good governance”, este é responsável pelo desempenho do governo, o estado de direito, transparências, prestação de serviços de qualidade, a confiança das pessoas nas instituições e o nível de liberdade. Esta preocupação prende-se com o facto de ser difícil conseguir bons resultados quando os cidadãos não confiam no órgão executivo e se abstêm dos problemas sociais.

A figura seguinte ilustra-nos os nove eixos do índice de felicidade bruta assim:



Figura 4: Dimensões do Índice de Felicidade Bruta

Fonte: The Centre for Bhutan Studies (2011).

O método de cálculo deste índice também apresenta uma inovação e pode ser apresentado em duas partes. Primeiro, é aplicado um corte em cada indicador do índice, assume um significado semelhante ao conceito de linha de pobreza no contexto de medições de pobreza. Esta linha separa os pobres de quem não é pobre assim como distingue quem atinge a sua realização daquele que não o alcança.

O procedimento para realizar este primeiro passo consiste na atribuição do valor de zero para os indicadores em que o indivíduo atinge suficiência e o valor de um outro modo. Subsequentemente, estes últimos são substituídos pelas distâncias dos pontos de “cut-offs” da aplicação seguinte.

$$\text{Cutoff of sufficiency} - \text{observed achievement} / \text{cutoff of sufficiency} \quad (2)$$

O segundo passo é a agregação do preenchimento de dados. Consiste em replicar a fórmula acima para todos os indivíduos da amostra e é obtido, para cada indicador, a média simples das distâncias quadradas dos “cut-off”. Uma ponderação igual a esses valores resultantes e a sua agregação linear no sub-índice correspondente e um mesmo procedimento para o sub-índice e índice final determinar o valor final do índice.

$$\text{GNH index} = \text{average} (1 - \text{squared distance from cutoff}) \quad (3)$$

A dimensão do índice por dimensão ou indicador mostra imediatamente as regiões com maior deficiência.

Na figura abaixo podemos ver em 2007 os países com maior incidência segundo o índice de felicidade bruta no mundo.

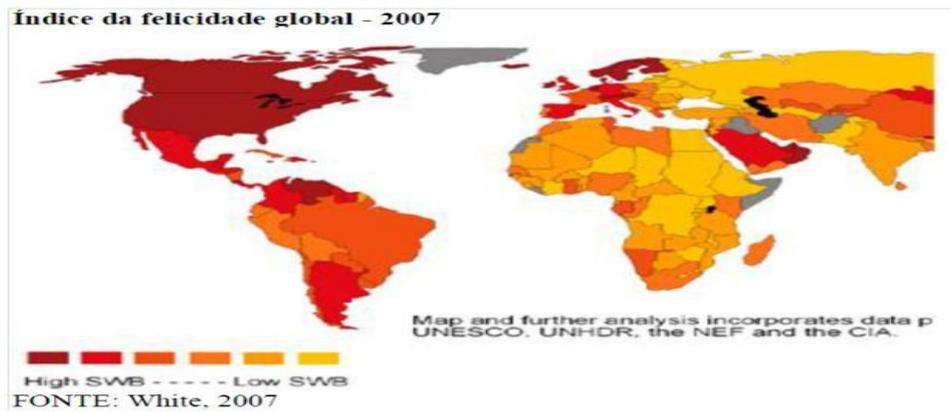


Figura 5: Planisfério do Índice de Felicidade de Bruta

Fonte: *White*, 2007

É por considerar como fundamental a nona dimensão do Índice de Felicidade Bruta para o desempenho de todas as outras dimensões que a seguir a abordar o conceito de *governance*, as suas dimensões, indicadores e a noção de *good governance*.

Capítulo 4: *Governance*

Governance distingue-se do conceito de governo, por ser mais abrangente, o Governo é um dos atores do *governance*. Desta forma, há muitos outros atores envolvidos no *governance*. A saber, cooperativas, organizações não-governamentais, instituições, líderes religiosos, instituições financeiras e partidos políticos, entre outros. Governo envolve a existência de uma autoridade formal, ou seja, uma autoridade com poder de coacção que garante a implementação de políticas enquanto que o *governance* é o modo de exercer o poder tendo como objetivo o desenvolvimento.

Para Comides e Silva (2009:178), “a governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência (o voluntário), de organização (as instituições, os corpos sociais), de conceitualização (os sistemas de representação), de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas. É um dos traços que as distinguem das outras sociedades de seres vivos, animais e vegetais”.

Para se compreender o conceito de *governance* é importante entender a distinção entre *governance* e governabilidade. A ideia de governabilidade está ligada à dimensão estatal do exercício do poder. Podemos enunciar as seguintes dimensões: o sistema político a forma de governo, relações entre os poderes executivo, judiciário e legislativo. Por seu lado, o *governance* tem um conceito mais amplo, podendo incluir dimensões de governabilidade, contudo, a sua extensão vai para além disso. Por outro lado, o conceito de *governance* não se restringe à gestão do funcionamento da máquina do Estado, mas sim, à articulação e cooperação entre atores sociais e políticos.

Com o fim de mensurar o *governance* e de compara-lo entre os países foi desenvolvido os indicadores de *governance*. Os mais conhecidos são os *Worldwide Governace Indicadors* (WGI) desenvolvidos pelo Banco Mundial são um conjunto de dados de pesquisa que resume as opiniões de empresas, cidadãos, organizações não governamentais e especialistas entrevistados de países industrializados e em vias de desenvolvimento. Estão agregados 340 variáveis produzidas por 32 fontes diferentes. Através destes indicadores é medida a participação dos eleitores na selecção do seu governo, liberdade de expressão, estabilidade política, ausência de violência e terrorismo assim como outros aspectos. Os WGI foram criados com o objectivo de criar um ranking entre os países segundo a qualidade do seu *governance*.

Importa salientar que os WGI não são os únicos indicadores de *governance*, existem diversos tipos de indicadores de *governance*, por exemplo, Boivard e Loffler (2003), Van de Walle (2003), Thomas (2009) entre outros.

A partir deste conceito de *governance* foram criadas as seguintes definições de indicadores. O primeiro indicador diz respeito à primeira parte da definição de *governance*, ou seja, “the process by which governments are selected, monitored and replaced”. O segundo indicador é “Voice and Accountability”(Voz e Responsabilização). Este indicador mede a capacidade de os cidadãos de um país para elegerem os seus governos e a independência dos meios de comunicação social. O terceiro indicador é “Political Instability and Violence”(Instabilidade Política e Violência). Aqui encontramos a probabilidade de instabilidade política e de violência. O terceiro indicador “Government Effectiveness”(Eficácia do Governo). É expressa a capacidade de um governo em mostrar as suas políticas. É combinada a qualidade do serviço público, a burocracia, competência dos serviços civis, independência dos serviços civis das pressões políticas. O principal objectivo deste índice é medir a capacidade do governo para implementar políticas sólidas. No quarto indicador, “Rule of Law”(Estado de Direito). Tem como principal objectivo medir a confiança dos agentes na leis que regem a sua sociedade. Estes incluem percepções de incidência de crimes violentos e não-violentos, a eficácia e previsibilidade do sistema judicial e a aplicabilidade dos contratos. O sexto, e último indicador, é “control of corruption”(controlo da corrupção). Este indicador trabalha sobre o poder público sobre o poder privado, ou seja, como é feito o controlo do poder público.

A figura seguinte mostra-nos a evolução registada por Portugal desde 2009 até 2014 segundo os seis indicadores de *governance*.

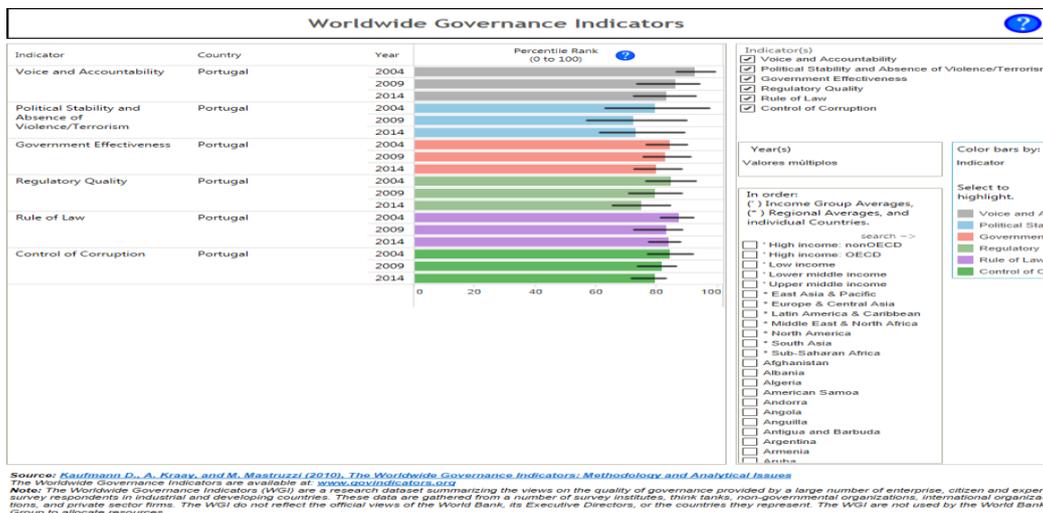


Figura 6 : Evolução dos indicadores de *governance* em Portugal nos anos de 2004, 2009 e 2014

Fonte: *The World Guide Governance Indicators*

Para comparação mostro o mesmo gráfico só que para a Europa e Ásia Central. Verifico que os valores obtidos por Portugal nos anos de 2009 e 2014 estão acima da média da Europa e Ásia Central.

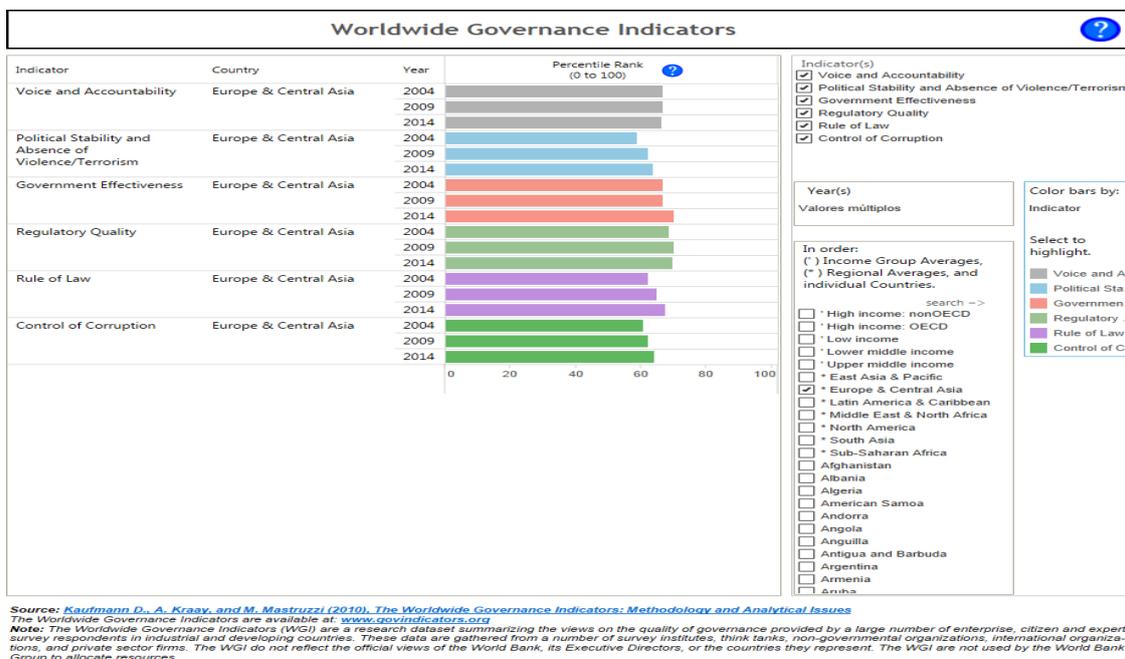


Figura 7: Indicadores de *Governance* na Europa e Central Asia nos anos de 2004, 2009 e 2014

Fonte: *The World Guide Governance Indicators*

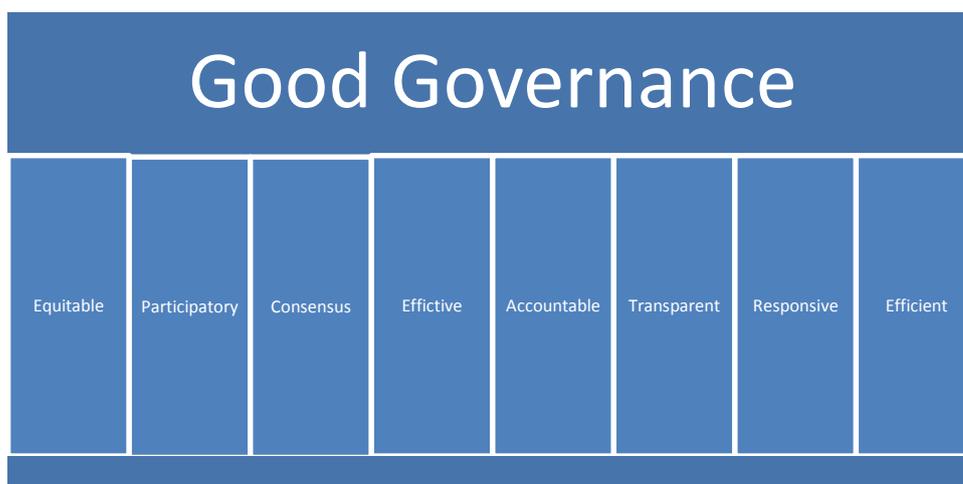
Estes indicadores permitem nos comparar países e as suas evoluções ao longo do tempo. São bastante úteis para termos a noção das reformas de que um país precisa e do estado do *governance* num determinado país. Podemos assim conhecer quais são os pontos fortes e os pontos fracos dum determinado país ou uma região.

Os *Worldwide Governance Indicators* são atualizados de dois em dois anos. Começando em 1996 e sem qualquer avaliação antes disso, isto deve-se essencialmente devido às fontes pois à medida que recuamos no tempo menos fontes teríamos e menor seria a precisão da avaliação.

É fundamental compreender a noção de *good governance* para se entender o *governance*:

“Epitomized by predictable, open and enlightened policy making; a bureaucracy imbued with a professional ethos; an executive government accountable for its actions; and strong civil society participating in public affairs; and all behaving under the rule of law (World Bank, 1994: *Governance: The World Bank’s Experience*)”

O Good Governance tem 8 dimensões.



Sendo um dos principais obstáculos ao *good governance* é o risco de pobreza, os países com maior nível de desemprego na Europa e com os países com menos desemprego nos anos de 1986 e 2015.

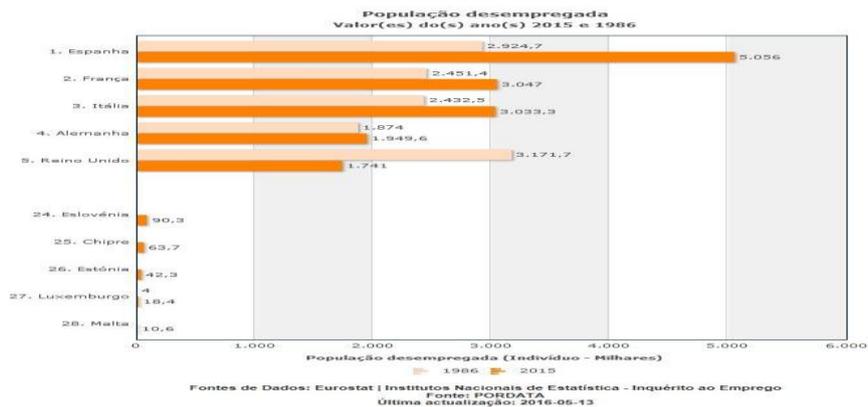


Figura 8 : População desempregada para os anos 1986 e 2015 na Europa

Fonte: Pordata

Em Portugal, entre os períodos de 1998 e 2015, houve um crescimento nos desempregados à mais de 2 anos.

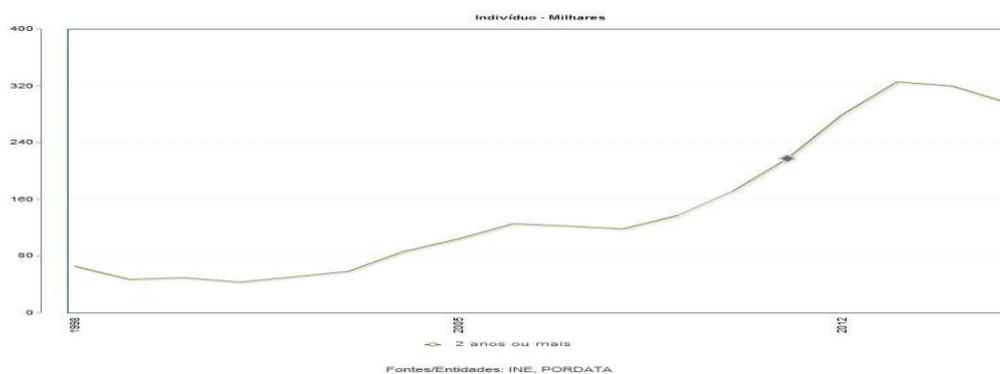


Figura 9: Crescimento do Desemprego em Portugal entre os anos de 1998 e 2015

Fonte: Pordata

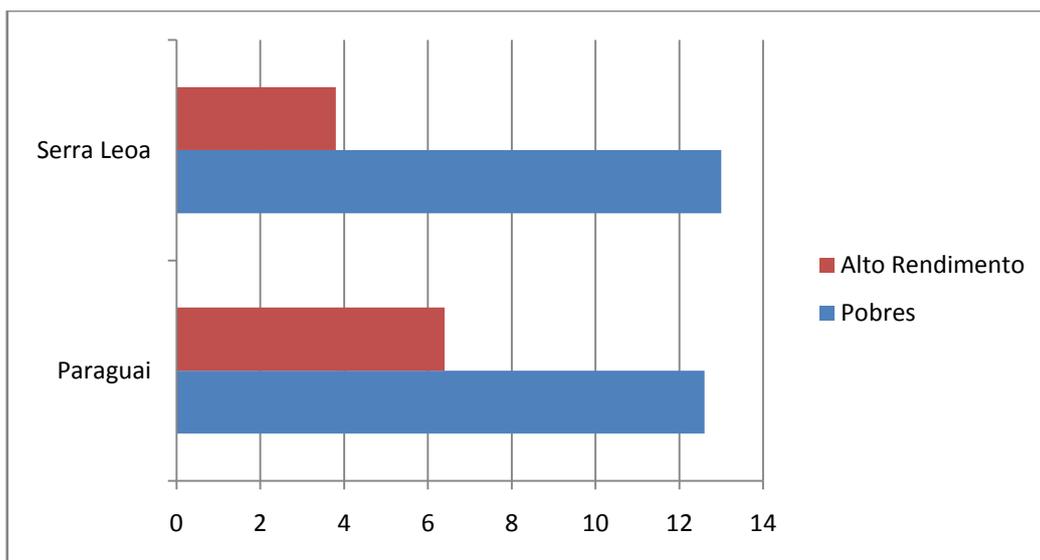
O vínculo que se estabelece entre um mau *governance* e a pobreza extrema é amplamente reconhecido. Os países capazes de controlar a corrupção têm mais sucesso nos seus recursos humanos e financeiros de forma mais eficiente, atrair mais investimento estrangeiro e nacional, e em média crescer mais rapidamente.

Há uma forte correlação entre o bom *governance* e o PIB *per capita* de um país. Com sistemas de *governance* eficazes, nomeadamente sistemas fiscais, orçamentos, gestão de recursos humanos e integridade, são essenciais para canalizar recursos públicos para o combate à pobreza. Em suma, o *good governance* é uma economia saudável e próspera.

O *governance* é a maior e mais diversificada prática do *World Bank* que reúne mais de 750 funcionários em mais de 100 países com o fim de fornecer empréstimos, acessória e serviços técnicos. Tem empréstimos ativos em mais de 80 projectos e outros 200 projectos com práticas globais com componentes de *governance*. No total, cerca de 20% da campanha activa do *World Bank* tem actividades relacionadas com o *governance*.

O *World bank* conta com o seu Departamento de Serviço e Desempenho Público que ajuda os governos em todos os níveis para aumentar o desempenho de prestação de serviços, melhorar a transparência e a responsabilidade em suas operações. Este concentra-se em rastrear as alterações nas dimensões de *governance* dentro dos países, para ajudar a melhorar o ambiente de *governance* mais amplo, especialmente em torno da legitimidade e confiança. Para além de que se focar no fortalecimento de sistemas de gestão das finanças públicas e do emprego público.

Para o *World Bank* a corrupção é o maior desafio de entre os seus objectivos institucionais para acabar com a pobreza até 2030 e aumentar a prosperidade a abundância com os países em vias de desenvolvimento. Estudos mostram que o impacto da corrupção prejudica mais os pobres do que os indivíduos com alto rendimento. Pode ser tomado como exemplo, o Paraguai e a Serra Leoa. No Paraguai os pobres pagam cerca de 12,6% em subornos enquanto que os ricos pagam cerca de 6,4 %. Já na Serra Leoa os primeiros pagam 13% enquanto que os segundos 3,8 %.



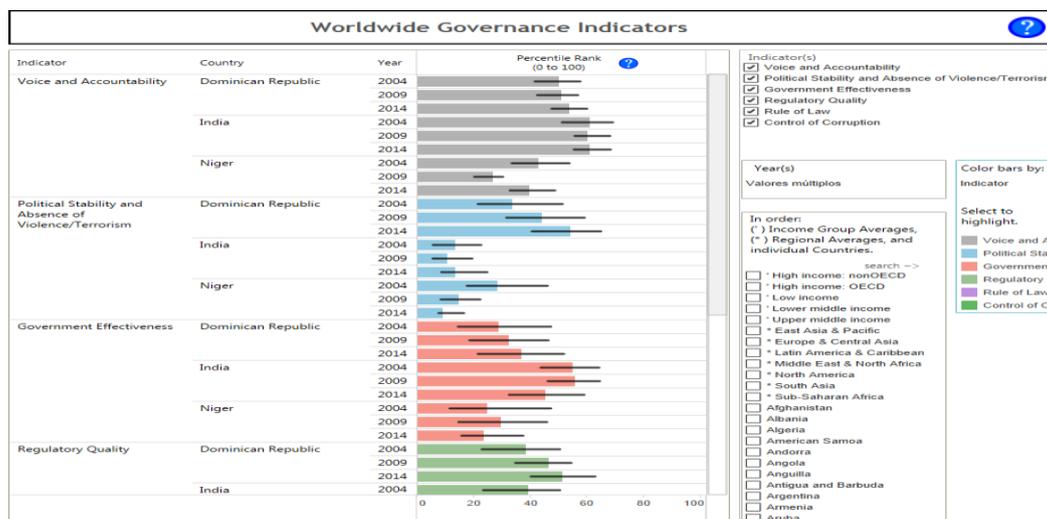
Situações como estas potenciam a mortalidade infantil e desencorajam a sociedade civil a acreditar nos seus líderes. Assim como contribui para a alta criminalidade sendo canalizado para o tráfico de armas, droga e outras actividades ilícitas.

A atividade económica também sofre com a corrupção. O afastamento do investimento estrangeiro afasta-se de países com elevada criminalidade. Os países que são capazes de controlar a corrupção conseguem usar adequadamente os seus recursos financeiros e humanos e atrair investimento estrangeiro, em suma, conseguem crescer rapidamente.

O Grupo Banco Mundial está comprometido com o combate à corrupção em projectos financiados pelo Banco Mundial através do trabalho de seu Vice-Presidência de Integridade. Em 2014, as investigações de suposta fraude e corrupção impediu cerca de US \$ 138 milhões do que está sendo concedido a empresas que tinham tentado envolver-se em má conduta.

O World Bank trabalha a nível global e nacional com o objectivo de construir instituições transparentes e responsáveis capazes de implementar programas de combate à corrupção. Este trabalho está focado nos resultados, ajudando os actores estaduais e não estaduais a estabelecer competências necessárias para aplicar políticas e práticas que melhorem os resultados e ajudem a construir uma integridade pública forte.

Três países selecionados são a Nigéria, Índia e a República Dominicana. Na figura abaixo podemos ver os resultados dos três países durante os anos de 2009 e 2014.



Source: Kaufmann, D., A. Kraay, and M. Mastruzzi (2010), *The Worldwide Governance Indicators: Methodology and Analytical Issues*. The Worldwide Governance Indicators are available at: www.doj.gov/indicators/01/. Note: The Worldwide Governance Indicators (WGI) are a research dataset summarizing the views on the quality of governance provided by a large number of enterprise, citizen and expert survey respondents in industrial and developing countries. These data are gathered from a number of survey institutes, think tanks, non-governmental organizations, international organizations, and private sector firms. The WGI do not reflect the official views of the World Bank, its Executive Directors, or the countries they represent. The WGI are not used by the World Bank Group to allocate resources.

Figura 10: Seis indicadores de *governance* para República Dominicana, Índia e Nigéria para os anos de 2004, 2009 e 2014

Fonte: The World Guide Governance Indicators

O *World Bank* tem uma política de tolerância zero contra a corrupção nos seus projetos. Sempre que existe indicio de corrupção as empresas

Capítulo 5: Parte Empírica

Neste capítulo decidi mostrar a aplicação empírica do *Governance* no desenvolvimento. É sem dúvida fundamental reflectir sobre a importância de *governance* na parte teórica deste trabalho. Contudo, é de carácter fundamental exemplificar o derradeiro peso do *governance* no desenvolvimento de um país.

Para uma integrada análise de resultados obtidos na base de dados e utilizo uma abordagem de comparação dos diversos resultados obtidos.

Foi criada uma base de dados com um total de 182 países dos cinco continentes e 4 indicadores.

5.1. Rendimento *per Capita*

O Indicador Rendimento *per Capita* foi o primeiro indicador escolhido pela sua evidente importância para o desenvolvimento. Usei a variável do *Gross national income (GNI) per capita (2011 PPP\$)*.

A figura seguinte ilustra a top 21 dos países com maior nível de Rendimento *per capita* na variável *Gross national income (GNI) per capita (2011 PPP\$)*.

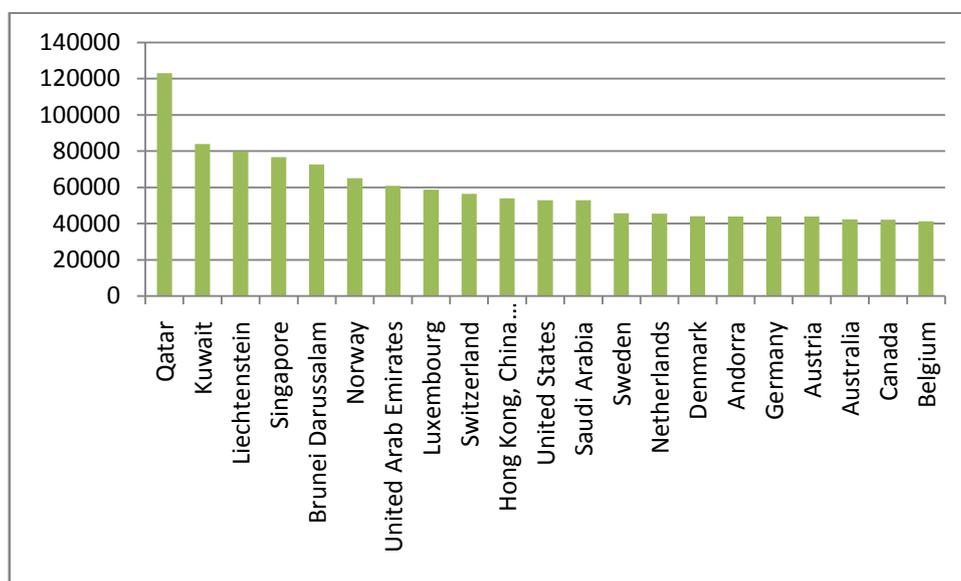


Figura 11: Top 21 dos países com maior rendimento *per capita* (2014)

O Qatar lidera a lista de países com maior Gross National Income do top 21 devido aos elevados preços do petróleo..

O petróleo e o gás natural representam a maior fatia do seu PIB. Antes da descoberta do petróleo, a economia do Qatar assentava na pesca e na extração de pérolas. A descoberta do petróleo no início de 1940 transformou a economia do Qatar possibilitando aos seus cidadãos desfrutarem de um alto padrão de vida. O Kuwait assenta também a grande parte da sua economia na exploração de petróleo. A Noruega, primeiro país europeu do top 21, tem uma economia caracterizada por um mercado livre, o Estado Norueguês tem posições acionistas na indústria, pode ser tomado como exemplo o petróleo e a produção de energia hidrelétrica.

Os 10 últimos lugares são ocupados por países africanos, sendo o último lugar ocupado pelo República Central Africana.

5.2. Saúde

O segundo indicador que selecionado para a base de dados foi a saúde. Como variável para a saúde escolhi a *life expectancy at birth(years)*. A expectativa de vida trata-se da média do número de anos que uma pessoa pode esperar viver

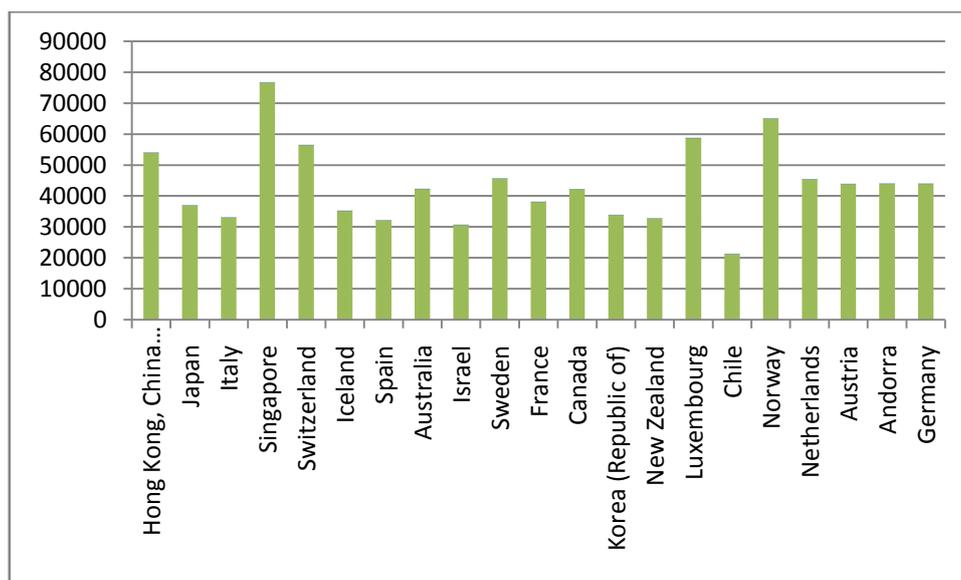


Figura 12: Top 21 dos países com maior life expectancy at birth (2014)

Singapura tem vindo a aumentar bastante os seus níveis de esperança média de vida desde 1990 assim ocupando o primeiro lugar no top 21 no ano de 2014. Seguido pelos europeus Noruega, Luxemburgo e Suíça. O top 21 é constituído por 12 países europeus, apenas um da América do Sul e nenhum país de África.

5.3. Educação

O terceiro indicador é a educação. Este está ligado com o objetivo de que todos tenham um nível de conhecimento aceitável. Escolhi como variáveis as *Mean years Schooling(years)*.

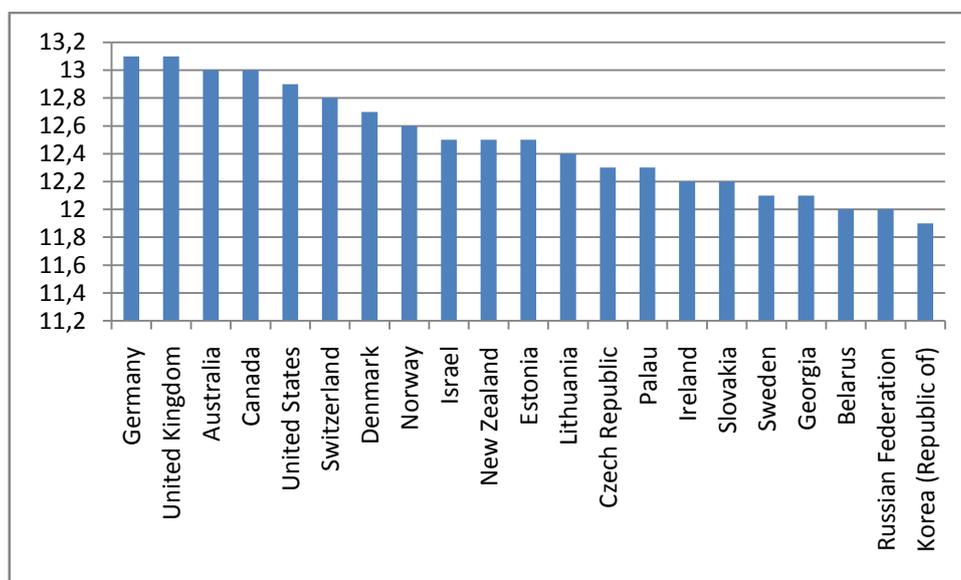


Figura 13: top 21 dos países com maior *Mean years Schooling* (2014)

A média de anos de escolaridade é liderada pelos europeus Alemanha (13,1 anos) e pelo Reino Unido(13,1 anos). Seguida de muito perto Austrália, Canadá e Estados Unidos. Estes países procuram apostar numa sociedade altamente escolarizada pois sabem dos impactos que virão a ter na sociedade. Os últimos 10 países são países Africanos. O último lugar é ocupado por Burikina Faso com apenas 1,4 anos de média de escolaridade.

5.4. Governance

O quarto indicador escolhido é o *Governance* e os seus seis indicadores: controlo da corrupção. O controlo da corrupção captura a capacidade do poder público em controlar o poder privado.

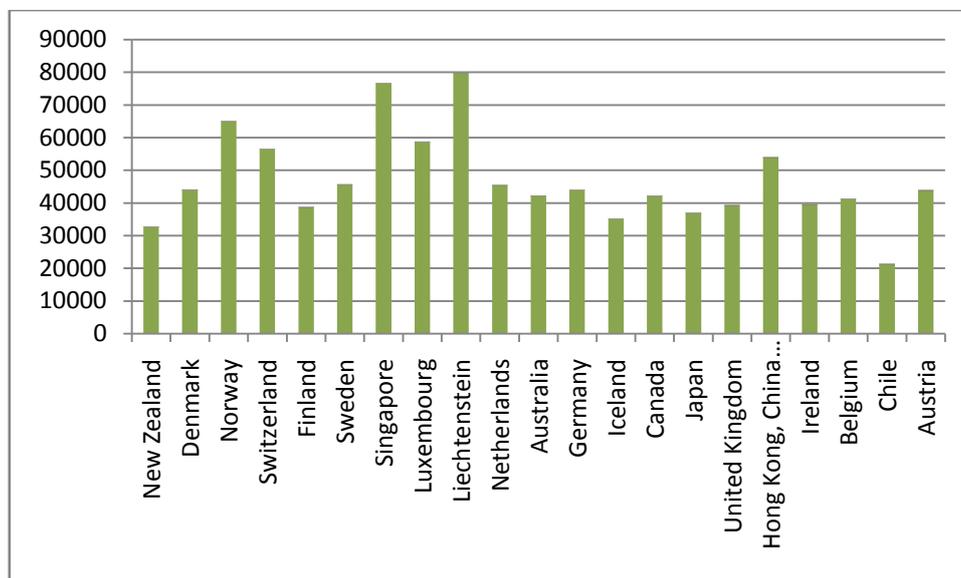


Figura 14: 21 países com melhor nível de controlo da corrupção (2014)

O top 21 é liderado pelo Liechtenstein, Singapura e Dinamarca. Estes países trabalham na captura de nos subornos na justiça, sector público e fuga aos impostos por saberem que são as principais formas de corrupção aplicadas. Estes processos têm impacto nas contas do Estado e consequentemente provocam a exclusão social e a desigualdade económica. O principal problema na corrupção é a impunidade na prática de actos ilícitos, pois a justiça é demorada e quem pode pagar a determinados advogados pode não ser punidos pelas suas ações. É por isso que é fundamental a celeridade no sistema jurídico.

5.5. Índice Agregado

Com o fim de demonstrar a importância do indicador *governance* elaborei um índice agregado juntando o rendimento per capita, saúde, educação e *governance* num só.

A figura seguinte aparece com o fim de nos mostrar o top 21 da análise.

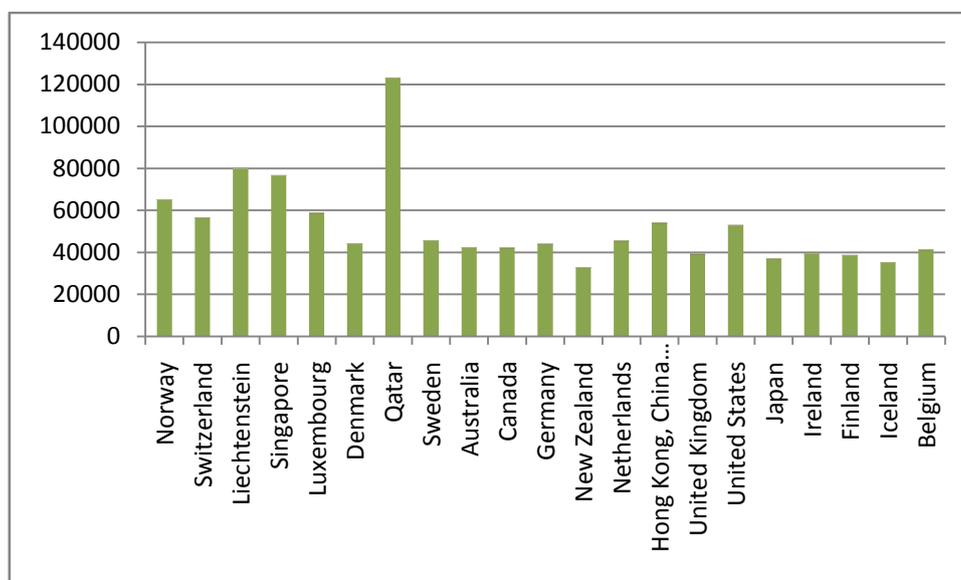


Figura 15: Índice Agregado (2014)

No top 21 do índice agregado da base de dados, O Qatar ocupa a primeira posição, seguido do Liechtenstein e Singapura. Todos os últimos 10 classificados da base de dados se situam em África sendo o último posto ocupado pela Chade, um país localizado no centro da África do norte, faz fronteira com a Nigéria e o Sudão e não tem acesso ao mar. A esperança média de vida no Chade é de cerca de 51,6 anos. No que diz respeito aos países lusófonos, Portugal é o primeiro da lista aparecendo na 43ª posição. O segundo país lusófono é o Brasil e só aparece na 94ª posição.

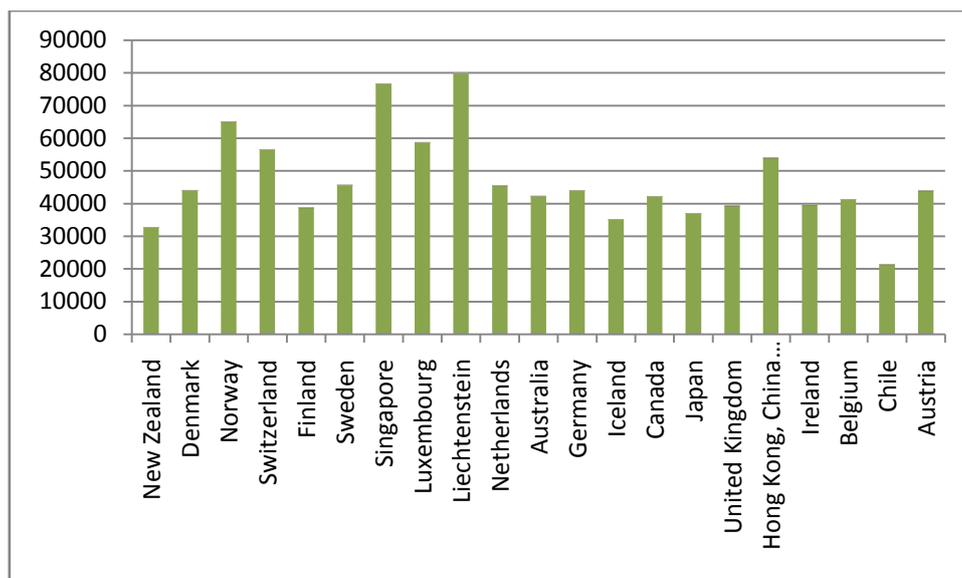


Figura 16: Índice Agregado sem *Governance* (2014)

Para se poder comparar o índice agregado com o *governance* criei um índice agregado sem *governance*. Apenas composto pelos indicadores da saúde, educação e rendimento *per capita*. Como nos mostra o gráfico, o Qatar continua a ocupar a primeira posição completamente destacado devido ao seu elevado nível de rendimento *per capita* e por ocupar sempre os lugares cimeiros nos indicadores de saúde, educação e *governance*. Continuado a ser seguido pelo Liechtenstein e Singapura. Os 10 últimos da lista continuam a ser ocupados por países Africanos. Posso enunciar como diferença a posição de Portugal. Ocupa apenas o lugar 54º no índice sem *governance*, enquanto que com *governance* subiu 11 posições no *ranking*.

Capítulo 6: Conclusão

O estudo desde trabalho ajudou-me a entender o conceito de desenvolvimento, a sua história, as diferenças entre crescimento económico e desenvolvimento e os principais motivos do aparecimento e crescimento do conceito. Como diz Moreira e Crespo (2011:834) “o desenvolvimento é um fenómeno complexo, multidimensional e que não conhece uma definição inequívoca e plenamente esclarecedora”. Foi também importante perceber que com os acontecimentos de século XX já não era mais concebível um conceito de desenvolvimento sem quaisquer divisões e que para isso tornou-se imprescindível a divisão do conceito de desenvolvimento. A necessidade de ser cada um de nós a decidir o seu próprio caminho criou a ramificação do desenvolvimento humano, a protecção do ambiente levou ao aparecimento do desenvolvimento sustentável, e capacidade de serem as próprias comunidades locais de resolver de forma mais eficiente e adequada os problemas locais cria o desenvolvimento local e participativo.

Tornou-se necessária a utilização de medição do desenvolvimento. Inicialmente, foi usado o rendimento *per capita* como índice tradicional para medir o desenvolvimento. Contudo, com o seu alargamento revelou-se insuficiente face à sua multidimensionalidade com o fim de colmatar esta necessidade surgem os índices de medição compósita de onde de quase 600 índices se destaca pelo seu mediatismo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). De salientar, como não poderia deixar de ser, o Índice de Felicidade Bruta (IFB). Aquele que para mim é o índice mais completo devido ao seu objetivo – o de medir a felicidade de uma determinada população.

O *Governance* é o indicador assumido como sendo crucial no desenvolvimento. Este indicador composto pelas suas seis variáveis introduz a ideia de “good governance” que se revela essencial por preencher a necessidade de se conseguir bons resultados sem que os cidadãos confiem no seu órgão executivo e não se abstenham dos problemas socialmente relevantes. Desta forma, o *Governance*, assume o papel imprescindível no desenvolvimento.

Bibliografia

Amaro, R. R. (1999). *Análise das Necessidades e das Potencialidades da Freguesia de Santa Marinha (Concelho de Vila Nova de Gaia) numa Perspectiva de Criação de Emprego e de Desenvolvimento Local*. Lisboa: PROACT e S.A.E./ISCTE

Amaro, R.R.(2003), *Desenvolvimento – Um Conceito Ultrapassado ou em Renovação? Da Teoria à Prática*, Cadernos de Estudo Africanos, 4, Janeiro/Julho, pp.37-70

Booyesen, F. (2002), *An Overview and Evaluation of Composite Indices of Development*, Social Indicators Reasearch, 59 (2), pp. 115-51.

Bandura, R. (2008), *A Survey of Composite Indices Measuring Country Performance: 2008 Uptade, UNDP/ODS Working Paper*, New York: Office of Development Studies

Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal, 1945. *Carta das Nações Unidas*. P. 1-22

Eurostat (2008), *Feasibility Study on the Measure of Wellbeing Presentation of Eurostat Work*, Brussels: Eurostat/Strategic Development Group

Jatobá, A.C.M. O. (2015), *Desenvolvimento Humano: uma relação com acesso à justiça*. Revista CEJ(Brasilia). nº66. P. 21-28

Gomides, J.E e Silva, A. C. (2009), *O Surgimento da Expressão “Governance”, Governança e Governança Ambiental*. Revista de Ciências Gerenciais. Vol. XIII, Nº18, P.177-194

Lopes, H. C. (2015), *Estudos Económicos.*, São Paulo. Vol. 45. P.377-400

Machado, J.G.R. e Pamplona, J. B. (2008), *A ONU e o desenvolvimento económico: uma interpretação das bases teóricas da actuação do PNUD*, Economia e Sociedade, Campinas. Vol.17: 53-84

Moreira, S. B. (2009), *Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento*. Laboratório de Economia e Gestão, Centro de Investigação em Ciências Empresariais, Escola Superior de Ciências Empresariais, Instituto Politécnico de Setúbal. P. 539-560

Moreira, S. B. e Crespo, N. (2011), *Sobre a Natureza Multidimensional do Desenvolvimento*, in: A. Romão, J. R. Silva e M. E. Ferreira (eds), *Livro de Homenagem ao Professor Doutor Adelino Torres*, Lisboa: Editora Almedina, pp. 817-38

Moreira, S.B. (2011), Sobre *a Medição do Desenvolvimento – Indicadores Desagregados e Compósitos com uma aplicação Empírica a Portugal*, Tese de Doutoramento em Economia, ISCTE-IUL

Pessali, H. e Dalto, F. (2010), *A Mesoconomia do Desenvolvimento económico: o papel das instituições*. Nova Economia. Vol. 20 no. 1 Belo Horizonte Jan./Apr. 2010

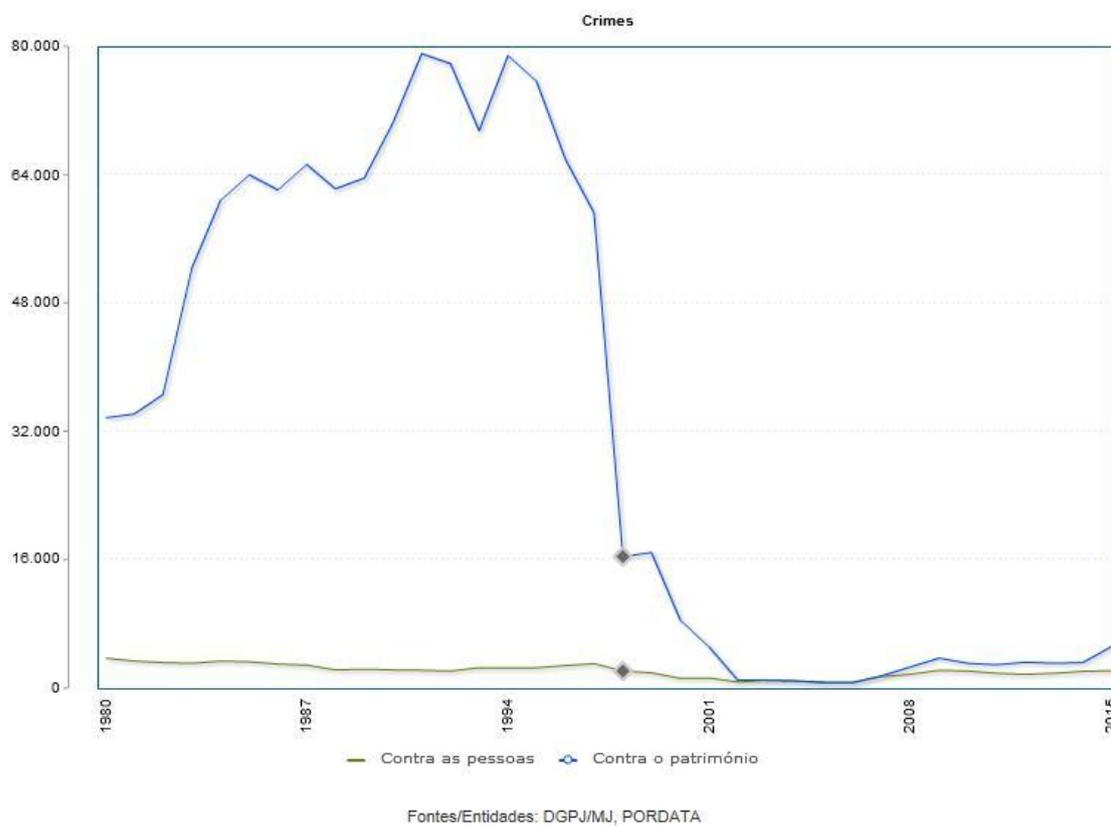
Reis, C.N., Ritter, C. e Teles, H.(2016), *Comportamento do IDH na América Latina e as metas dos objectivos do Milénio: a desigualdade ainda é a mesma?*, Revista OIDLES, n.20 (Junho, 2016)

Solow, R. (1956), *A Contribution to the Theory of Economic Growth*, Quarterly Journal of Economics, 70(1), pp. 65-94

World Bank, 1994: Governance: The World Bank's Experience

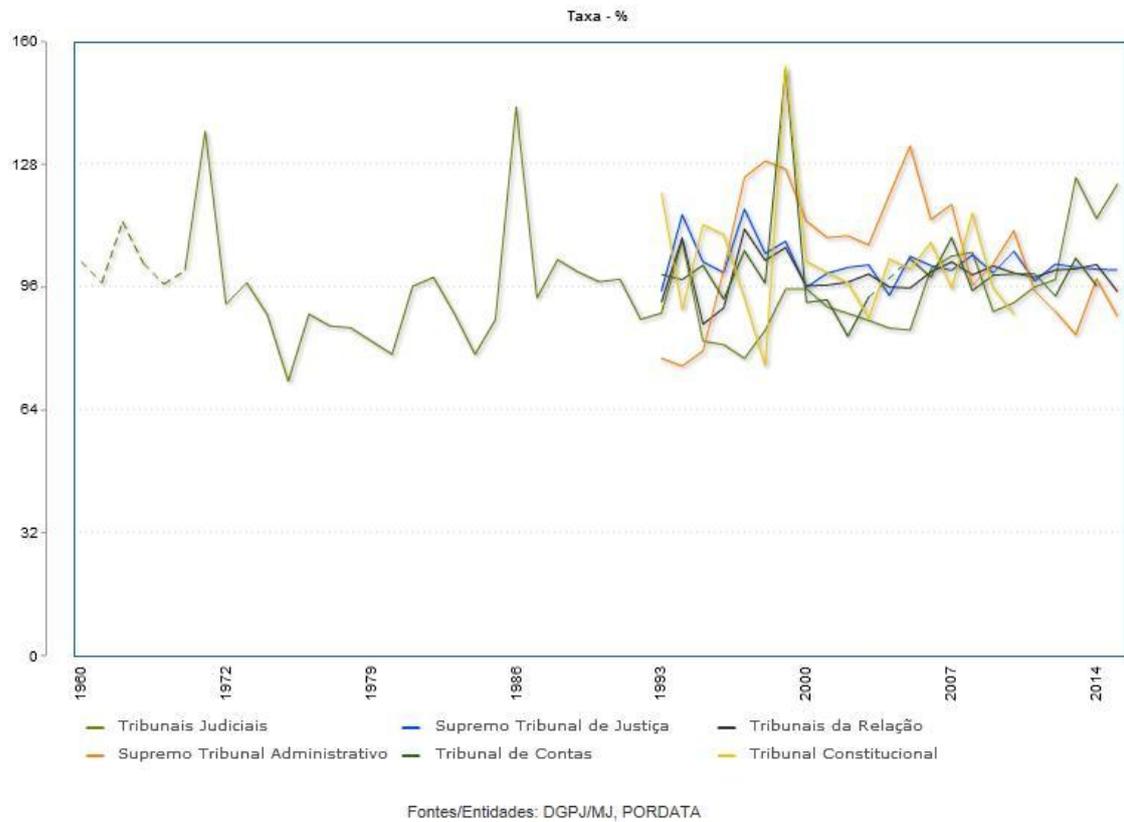
Anexos

Anexo A1: Crimes Registrados pela Judiciária nos anos de 1980 e 2015



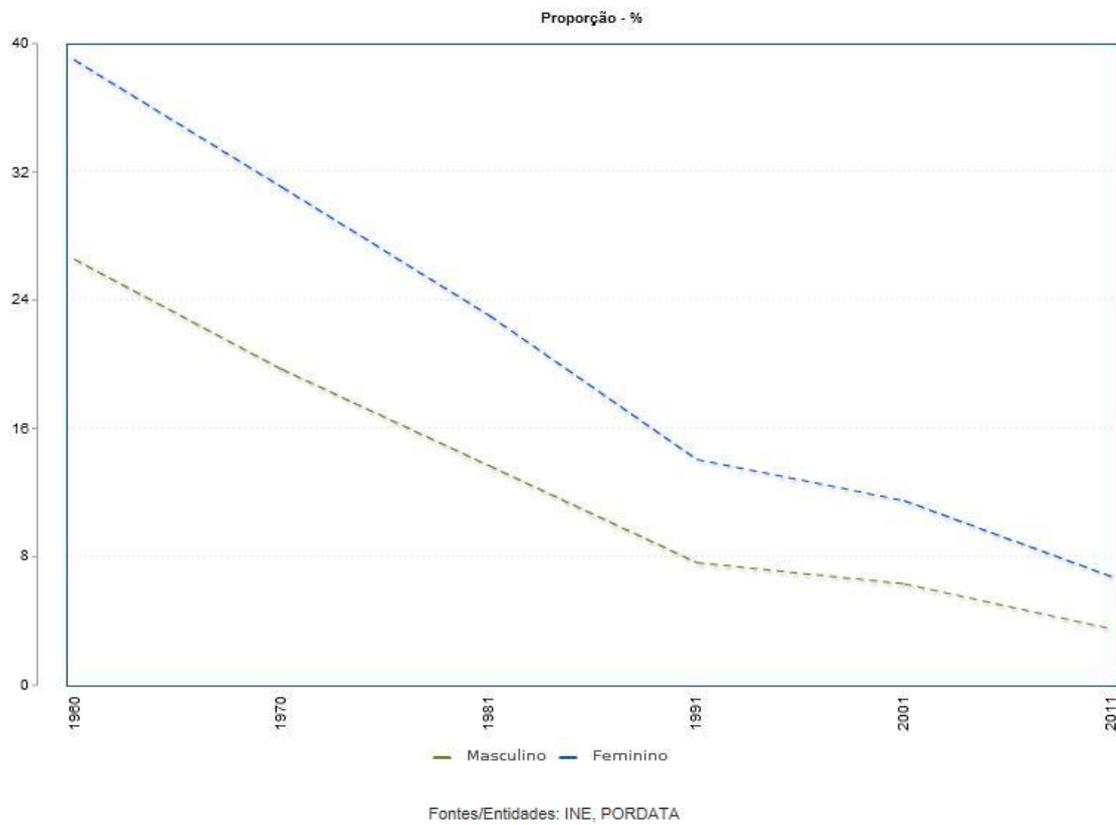
Fonte: PORDATA

Anexo A2: Taxa de Resolução dos Tribunais



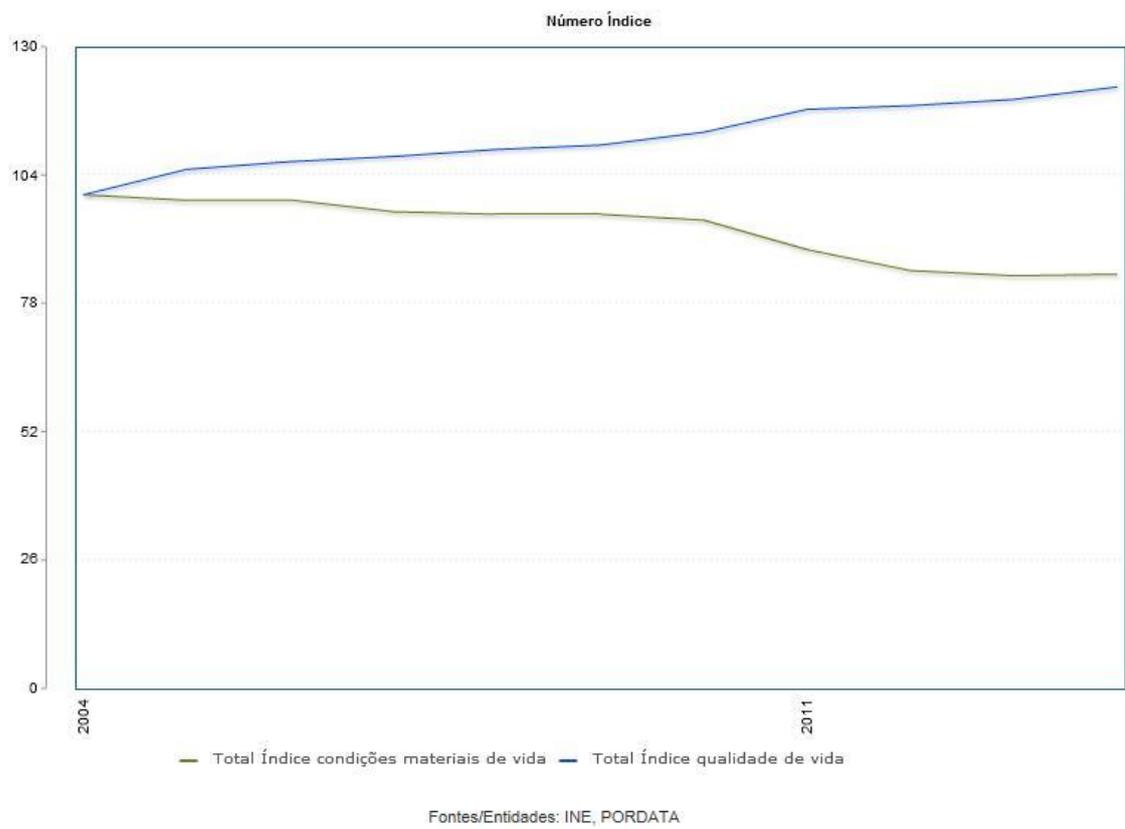
Fonte: PORDATA

Anexo A3: Taxa de analfabetismo segund os censos em Portugal



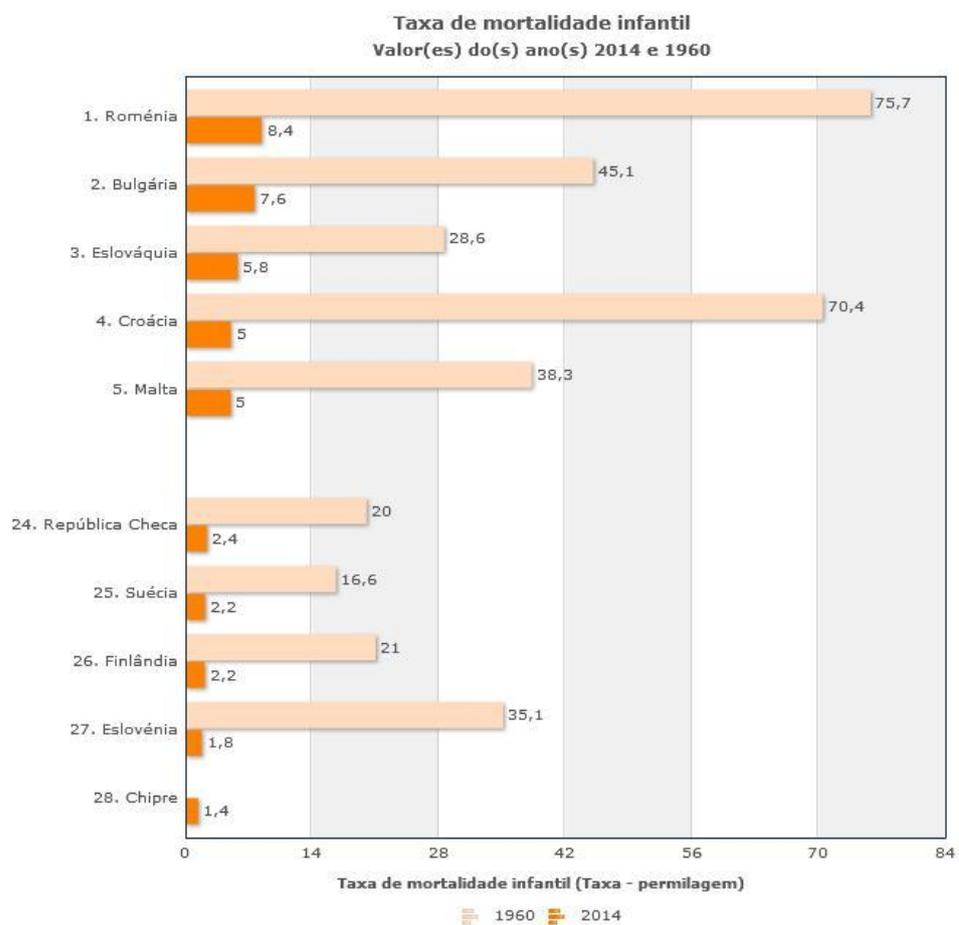
Fonte: PORDATA

Anexo A4: Índice de Bem-Estar (R) em Portugal nos anos de 2004 e 2014



Fonte: PORDATA

Anexo A5: Taxa de Mortalidade Infantil da Europa nos períodos de 1960 e 2014



Fontes de Dados: Eurostat | NU | Institutos Nacionais de Estatística - Recolha de Dados Rapid, Joint, Nowcast
Fonte: PORDATA
Última actualização: 2016-07-13